

Gênero, família e religião



INDICE

| | |
|---|-----------|
| EDITORIAL | 3 |
| MATÉRIA DE CAPA | 3 |
| <i>A família nunca será abolida.....</i> | <i>3</i> |
| Entrevista com Elizabeth Roudinesco | 3 |
| <i>Identidade Masculina e corporeidade</i> | <i>7</i> |
| Entrevista com André Sidnei Musskopf..... | 7 |
| <i>Religião, família e novas tecnologias de reprodução</i> | <i>10</i> |
| Entrevista com Miriam Grossi..... | 10 |
| <i>"O masculino e o feminino não são questões ontológicas".....</i> | <i>14</i> |
| Entrevista com Diego Irarrazaval | 14 |

| | |
|---|-----------|
| DESTAQUES DA SEMANA | 16 |
| TEOLOGIA PÚBLICA..... | 16 |
| Teologia do Novo Testamento, de Rudolf Bultmann..... | 16 |
| O Cristianismo tem algo a dizer para a contemporaneidade? | 17 |
| Entrevista com Nélio Schneider | 17 |
| A possibilidade da fé e da teologia, hoje | 19 |
| Entrevista com Johan Konings | 19 |
| LIVRO DA SEMANA | 22 |
| Direito sem sociedade..... | 22 |
| ENTREVISTA DA SEMANA | 26 |
| O desafio da esquerda: articular os valores democráticos..... | 26 |
| com a tradição estatista-desenvolvimentista..... | 26 |
| Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho | 26 |
| ANÁLISE DE CONJUNTURA..... | 30 |
| Campanha nacional em defesa da república e da democracia..... | 30 |
| Campanha nacional contra do descalabro | 33 |
| A íntegra da proposta..... | 33 |
| DEU NOS JORNAIS | 35 |
| FRASES DA SEMANA..... | 39 |
| EVENTOS IHU | 40 |
| IHU IDÉIAS | 40 |
| Violência de gênero | 40 |
| Televisão e Reality Shows..... | 41 |
| ABRINDO O LIVRO..... | 43 |
| SALA DE LEITURA..... | 43 |
| CICLO DE ESTUDOS SOBRE "O MÉTODO", DE EDGAR MORIN | 43 |
| II CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL | 44 |
| TÉCNICA E HUMANISMO | 46 |
| ATENDIMENTO ESPIRITUAL ONLINE | 46 |
| TORNA-SE ESPAÇO DE BUSCA DE SOLUÇÕES..... | 46 |
| VALORES EMERGENTES NA JUVENTUDE DE PERIFERIA | 47 |
| ASSESSORIA JUVENTUDE E RELIGIOSIDADE..... | 48 |
| IHU REPÓRTER | 48 |
| SONIA MERCEDES BREDEMEIER | 48 |
| SALA DE LEITURA | 51 |
| CARTAS DO LEITOR | 51 |
| Enquete no sítio do IHU | 52 |
| Resultado da semana | 52 |

EDITORIAL

Nos dias 18, 19 e 20 de agosto, realizou-se, aqui em São Leopoldo, o 1º Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, tendo como tema *Corporeidade, Etnia, Masculinidade*. O evento foi uma promoção do Núcleo de Pesquisa de Gênero do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia – EST. O congresso analisou “as relações existentes entre os referenciais gênero e religião, disseminando propostas para a desconstrução e reconstrução de identidades, de culturas, de conhecimentos e da própria religião”.

Por sua vez, na semana passada, esteve aqui na Unisinos a psicanalista e historiadora francesa Elizabeth Roudinesco. Os leitores do **IHU On-Line** a conhecem pois no n.º 58, de 5 de maio de 2003, o livro da autora, intitulado **A Família em Desordem**, ensejou o tema de capa daquele boletim, com a contribuição de diversos especialistas.

Esses dois eventos fizeram com que retomássemos o tema da família, relacionando-o, inspirados pelo congresso realizado na EST, com gênero e religião. Abrimos o debate com a entrevista da própria E. Roudinesco e o continuamos com as contribuições de André S. Musskopf, da EST, Miriam Pillar Grossi, da UFSC e Diego Irarrazaval, teólogo chileno e presidente da Associação de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo.

Tema, sem dúvida, espinhoso e desafiador, cuja discussão não podemos eludir e que, certamente, não se esgota nesta edição. Necessariamente, voltaremos, no futuro, a ele. Acaba de ser lançada, no Brasil, uma obra clássica da teologia. Trata-se do livro de R. Bultmann, **A Teologia do Novo Testamento**. As entrevistas com o prof. Dr. Nélío Schneider, um dos organizadores da tradução e com o prof. Dr. Johan Konings, mostram a relevância da contribuição teológica de R. Bultmann para o cristianismo contemporâneo.

E, por ocasião da Semana da Pátria, fazemos ressoar a voz e o clamor do cidadão, jurista e professor Fábio Konder Comparato, que propõe uma Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia, uma Campanha, também chamada por ele, contra o descalabro.

A todas e todos, uma boa semana, um excelente feriado nacional e uma ótima leitura!

[\(Voltar ao índice\)](#)

MATÉRIA DE CAPA

A FAMÍLIA NUNCA SERÁ ABOLIDA

Entrevista com Elizabeth Roudinesco

“Há uma resistência da família à idéia de que tudo parece evoluir para a transformação do homem em objeto de mercadoria”, afirma a psicanalista e historiadora francesa Elizabeth Roudinesco. Para ela, a certeza da existência da família radica na necessidade do ser humano de criar vínculos. Roudinesco nasceu em 1944. Depois de ter recebido uma formação psicanalítica e literária, dedicou-se à teoria freudiana, tendo sido membro da Escola Freudiana de Paris de 1969 a 1980. Atualmente, é psicanalista e escritora. A pesquisadora

concedeu a entrevista a seguir, ao **IHU On-Line**, na quarta-feira passada, dia 1º de setembro, momentos antes de ministrar a conferência A Família em Desordem, no Anfiteatro Padre Werner. O tema da palestra é o título de um dos seus livros mais conhecidos, **La famille en désordre**. O livro já foi traduzido em várias línguas e foi publicado no Brasil pela Jorge Zahar Editora, do Rio de Janeiro em 2003. Duas resenhas da obra e uma entrevista com a Prof^a. Dr.^a Valburga Streck, constituíram a matéria de capa da edição n.º 58, do **IHU On-Line**, de 5 de maio de 2003, que ajudaram a levantar questões e a debater a instituição família, hoje. Roudinesco também é autora de **Jacques Lacan. Esquisse d'une vie, histoire d'un système de pensée**, Paris: Fayard, 1993; **Pourquoi la psychanalyse? (Por que a psicanálise?)**, coleção História do Pensamento, Paris: Editora Fayard, 1999. **Dictionnaire de la psychanalyse (Dicionário da psicanálise)**, Paris: Editora Fayard, 1997. **Histoire de la psychanalyse en France**. Paris: Editora Fayard, 1983. Este mesmo livro foi publicado em português, pela editora Jorge Zahar, do Rio de Janeiro, em 1989, sob o título **História da Psicanálise na França**.

IHU On-Line- No livro *A Família em Desordem*, a senhora parece defender que está havendo uma revalorização da família, que ela nunca será abolida...

Elizabeth Roudinesco- Eu não falei de revalorização da família. Eu falei de desconstrução. Mostrei o fato de que houve uma modificação da família através de uma desconstrução, isto é, uma certa corrosão da família antiga, patriarcal, ao mesmo tempo que ela renasce, apesar do terror do discurso da abolição da família e da perda da autoridade. Então, a tese central é que, certamente, a família se modifica, se modela, mas o modelo patriarcal, tradicional se desconstrói em um século, mas não obstante a família permanece num meio absolutamente impossível de abolir. Revalorização não é a palavra adequada. Eu apenas disse que se revalorizou a função simbólica da família, à medida que houve uma desconstrução do ideal patriarcal, na medida em que os homossexuais, por exemplo, têm buscado uma família, e na medida em que eles foram excluídos e contestados nos últimos anos. Isso mostra bem o efeito que tem o processo inverso.

IHU On-Line- Que riscos pode apresentar a nova situação familiar?

Elizabeth Roudinesco- A família não corre risco de dissolução. Não há família ideal, bem ordenada. Ela está sempre em desordem. Em relação ao passado, a desordem não pode ser tão dissimulada como antes, mas sempre houve desordem.

IHU On-Line- A família ideal é uma abstração?

Elizabeth Roudinesco- Sim. Não existe família ideal. Arrisca-se bastante em fabricar algo que não existe. A família é atingida fortemente pelo desfalecimento. Há algo muito forte que se quis abolir. Mas os apocalípticos têm sempre muitos lamentos sobre a destruição da família. Cada época tem seus lamentos sobre a destruição da família, mas a realidade é outra.

IHU On-Line- A capacidade do ser humano de estabelecer vínculos seria a certeza da sobrevivência da família?

Elizabeth Roudinesco- Sim. Este é um grande paradoxo que ocorre sempre. Existe uma família de união parental, existe uma família recomposta e uma família como uma variante. Contestou-se muito a família. Sempre se quis abolir a família, o que de fato é impossível, porque as pessoas sempre vão precisar estabelecer vínculo. É algo paradoxal.

IHU On-Line- A palavra “desordem”, no título do livro, não seria expressiva, já que nunca houve ordem na família?

Elizabeth Roudinesco- O título que eu procurei durante muito tempo situa-se na questão da disposição dos números na ordem e na desordem. Pensei durante muito tempo sobre o título e achei o exemplo das corridas de cavalos. Aposta-se em determinados números e se pode ganhar na ordem ou na desordem desses números. E aqui não é tanto no sentido pejorativo que se usa a palavra desordem. Não sei como ela soa em português, mas em francês, falar de “desordem” da família é como se a corrida tivesse sido ganha em desordem (fora da ordem numérica). Porque, caso contrário, eu teria usado “a família desordenada”. Poderia também ter falado na “desordem” da família. Eu começo com a figura do pai e com a família medieval, patriarcal e clássica. E eu mostro como esta imagem se desfaz, sem que, com isso, a família deixe de existir. E quando essa imagem se desfaz, surge o papel da mãe, da maternidade. Mas, no antigo regime, se considerava que a mãe não contava para nada. Somente o homem contava, só contava a semente paterna. E as crianças eram tidas como objetos dos pais. E eu mostro como esse modelo se desfaz, aparecendo outros componentes. Então, com o termo “desordem”, estou falando precisamente disso.

IHU On-Line- O crescimento do divórcio, na segunda metade do século XX, ajudou a democratizar a família?

Elizabeth Roudinesco- O divórcio é uma necessidade democrática. Não se pode pensar que, num modelo democrático, não haja divórcio. O modelo democrático supõe a liberdade dos indivíduos, a liberdade do casamento e o fim dos casamentos arranjados pelos pais. Então, automaticamente, fica impossível não institucionalizar a separação. Nas famílias, não havia a autorização do divórcio. Havia uma separação das atividades sexuais e das atividades de reprodução. O matrimônio era, então, uma instituição sagrada feita para jamais se dissolver e ele constituía a institucionalização da família. Mas, sabe-se muito bem que um homem e uma mulher não conseguem ser fiéis e felizes durante toda a vida. Isso é raríssimo. E isso também era raríssimo antigamente. Mas, não ser fiel é condenado para as mulheres e, entre os puritanos, isso é condenado para os homens e para as mulheres. Entre os católicos, tolerava-se que os homens tivessem amantes. Então, o divórcio não fez senão confirmar essa situação. Mas, o paradoxo do divórcio é que não se associou ao desejo, ao amor e ao sexo. No século XIX, havia casamentos por amor, e não apenas casamentos arranjados à antiga. E, com o casamento por amor, surge, necessariamente, o divórcio, porque, em determinado momento, vai se amar um outro ser, com todas as suas conseqüências. Entende-se bem que esse modelo se enquadra com a democracia. E, em todas as instituições democráticas, existe o divórcio. São necessidades psicológicas que são atendidas. Isso não é uma catástrofe, antes pelo contrário. Mas, cada sujeito é colocado numa situação de angústia, porque se confronta com algo que ele não conhece. Então, evidentemente, a família tradicional é um dilema, porque deve escolher, seja a liberdade, seja a confrontação com a angústia, o desejo e o amor, seja a sociedade coercitiva onde os casamentos são arranjados e não existe a democracia nem o divórcio. Da mesma forma, eu acrescentaria o direito das crianças, que mudou completamente. As mulheres e os homens são agora pessoas livres, mas transitórias. Onde decorre a dificuldade de exercer a autoridade com as crianças. Aí entra a autoridade clássica das escolas. Durante mais de um século, se exigiu uniforme, separaram-se os meninos das meninas e se exigiu obediência como militares, mesmo em escolas fora do sistema. Era algo incrível. Isso mudou completamente, e hoje a gente se interessa muito pelo desejo da criança, graças às sessões psicanalíticas. Porém, com isso, surgiu também o problema de como manter a autoridade, dando liberdade às crianças.

***IHU On-Line-* Nesse contexto familiar, como mudaram as funções do masculino e feminino, da maternidade e da paternidade?**

Elizabeth Roudinesco- Elas se distribuem de outra maneira. Há, evidentemente, uma distorção entre o sexo anatômico, as representações e o sexo se complexifica. O modelo clássico do casamento, com todo o seu cunho religioso, supunha a dimensão biológica, supunha a diferença anatômica entre os dois sexos. Mas, pode-se realmente imaginar que, na recomposição da família, essas posições são ocupadas por outras. Por exemplo, na família recomposta há o divórcio, onde o avô ou o padrasto pode exercer uma função paterna. Há a diferença do pai biológico e do pai que vai criar a criança. A criança, numa família recomposta, pode ter dois pais: o pai biológico e o segundo marido da mãe, o qual tem uma outra função. E pode haver a segunda mulher de seu pai. E as crianças sabem muito bem arranjar-se com isso. E isso também é válido para a família restrita, onde um tio pode ter essa função. Hoje em dia, geram-se menos filhos, e a família está reduzida a um núcleo familiar. Não há mais os avós em casa, nem a presença de tios e tias. A família deixou de ser uma grande convivência, como outrora. Mas a família recomposta ainda exerce um pouco essa função: os meio-irmãos, as meio-irmãs. Em outras palavras, há uma transformação, mas, no fundo, é a mesma realidade. Como não temos mais tantas crianças, também os avós têm outra função. Algumas vezes, as pessoas são muito jovens quando têm seus filhos, e outras vezes, os filhos são gerados muito tarde. Aí certamente vão faltar os avós. É a visão de um outro sistema. Há também a noção da adolescência, questão que se definiu no final do século XIX. Antes disso, ia-se diretamente da infância à idade adulta. Às vezes, as moças e os rapazes casavam cedo. Casava-se quase antes da puberdade, porque não havia escolha dos parceiros. Hoje há uma divisão diferente das idades da vida.

***IHU On-Line-* Que diferenças podem ser constatadas entre as famílias heterossexuais e as que tendem a formar lares homossexuais?**

Elizabeth Roudinesco- Há aí uma grande onda de contestação da árvore familiar. É a última etapa da desconstrução. E aí sobressaem primeiro as mulheres homossexuais. Mulheres que haviam contestado a ordem familiar patriarcal, com a idéia de formar uma família alternativa, não no sentido de dissolver a família, mas no de ter liberdade sexual e ter filhos. Da mesma forma como conquistou a condição de ser mulher, e não somente mãe, ela quer ser homossexual e também mãe. Assim como as mulheres tiveram filhos com homens, elas se deram conta de que, sendo homossexuais após o primeiro casamento, elas têm as mesmas condições de educar filhos.

***IHU On-Line-* E como você vê a situação dos filhos nesse contexto?**

Elizabeth Roudinesco- A idéia era de não ligar o homossexualismo à paternidade e à maternidade. E a questão se referia mais aos homens, porque uma mulher pode passar por uma procriação, com as novas tecnologias, sem relacionamento com um homem. Mas, no caso de um homem, o filho só pode ser adotado. Na sociedade antiga, as mulheres controlavam a procriação pelo casamento e pelo adultério, os homens não. E com o surgimento do problema da Aids, há um grande esforço de defesa dos homens, porque houve a morte de toda uma geração. É como se houvesse uma reação de vida após a Aids. A primeira geração de homossexuais, depois da Aids, morreu. E toda a comunidade homossexual mundial viu o problema como uma grande ameaça que se aproxima. Não havia como escapar... Saber que se vai morrer jovem, saber que se está condenado de antemão é uma idéia inaceitável.

***IHU On-Line-* Há uma visão bem otimista do futuro da família, essa visão permanecerá?**

Elizabeth Roudinesco- Sim. Não estou muito preocupada. Todo mundo vai continuar formando uma família. Há uma resistência da família à idéia de que tudo parece evoluir para a transformação do homem em objeto de mercadoria. Mas a família resiste. É uma resistência séria, penso eu. A família é uma espécie de lugar de humanização contra a animalização. E com isso ocupa uma bela posição.

[\(Voltar ao índice\)](#)

IDENTIDADE MASCULINA E CORPOREIDADE

Entrevista com André Sidnei Musskopf

*“Fala-se muito, hoje, na academia, mesmo na mídia ou nas publicações que circulam da “crise do macho”, da crise do masculino. Tenho a sensação de que essa popularização da crise do masculino é uma forma disfarçada de os homens continuarem em cena”, afirma o teólogo André Musskopf, que conversou com o IHU On-Line durante o I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, acontecido na Escola Superior de Teologia – EST -, em São Leopoldo, de 18 a 20 agosto 2004. Segundo ele, não necessariamente os homens estão em crise, mas o modelo hegemônico de masculinidade, e os diversos movimentos contemporâneos, especialmente movimentos feministas e de homossexuais vão influenciando para novas formas de pensar a questão de gênero. André Sidnei Musskopf é coordenador do Centro de Estudos Bíblicos - CEBI/RS. Graduado em Teologia, pela Escola Superior de Teologia- EST -, especialista em Pastoral Care Department, pelo Clara Maass Medical Center, CMMEDCEN, Estados Unidos, mestre em Teologia, pela EST, com dissertação intitulada "Ministérios Ordenados e Teologia Gay - Retrospectiva e Prospectiva sobre a ordenação de pessoas homossexuais". É autor de **Uma brecha no armário - propostas para uma teologia gay**. São Leopoldo: Sinodal, 2002 e organizador, juntamente com Marga J. Ströher e Wanda Deifelt, do livro, **A flor da pele - Ensaios sobre gênero e corporeidade**. São Leopoldo: Sinodal, EST, CEBI, 2004.*

IHU On-Line - Quais podem ser os pontos de partida na hora de pensar sobre identidade masculina e corporeidade?

André Musskopf – Eu trabalho com a perspectiva da *Teoria Queer*¹, procurando a idéia de desestabilizar modelos. Para isso, trabalhei primeiro com o modelo de masculinidade e corporeidade hegemônica. O que quer dizer que a masculinidade é construída no corpo e através do corpo. Não existe uma identidade masculina separada do corpo. A identidade se manifesta na corporeidade, e a corporeidade é a construção dessa identidade. Procuro mostrar como se constrói, ou como se analisa a construção dessa masculinidade hegemônica, trazendo referenciais da psicanálise, que fala do processo de castração/sublimação, falando do processo de socialização que está na linha da psicologia.

IHU On-line –Como se caracteriza essa identidade masculina hegemônica?

André Musskopf- É marcada pelo endurecimento, pelo enrijecimento do homem. Isso se manifesta pela competitividade, da presença da força, algo muito forte na identidade masculina, que também desencadeia, por exemplo, toda a discussão da violência provocada e gerada pelos homens. Esse modelo se tem tentado também desconstruir para propor novas possibilidades de construção da identidade masculina. Quando falo de identidade masculina, corporeidade e identidade, para mim, não se separam, são muito próximas. Na questão da

¹ A *Teoria Queer* se desenvolveu nos anos 1980, nos Estados Unidos, com a publicação do livro **Gender Trouble** de Judith Butler, que possui um alto grau de influência do filósofo francês Michael Foucault e suas idéias sobre a sexualidade. A palavra *queer*, em inglês, é uma gíria usada para a referência a homossexuais. (Nota do **IHU On-Line**)

corporeidade, a sexualidade masculina se expressa no homem como uma pessoa fria, enrijecida em que a sexualidade no corpo está regionalizada e concentrada na área genital, então envolve toda a questão do pênis como penetrador, como elemento constituidor da identidade, da corporeidade e dessa sexualidade hegemônica.

IHU On-Line – Quem pode se ver refletido no modelo hegemônico de masculinidade?

André Musskopf - O modelo hegemônico não é o que representa a maioria das identidades masculinas, mas é como um ideal ao qual os homens têm que aspirar, embora a maioria deles nunca atinja. Por exemplo, se fala do modelo hegemônico como homem branco, rico e heterossexual. Outras definições envolvem a questão do "macho", do homem como macho que tem que ser auto-suficiente e independente, demonstrar força, não ser vulnerável à afetividade. Idéias de competitividade estão muito fortes nesse modelo.

IHU On-Line - Mas com todas as mudanças contemporâneas, especialmente no mundo feminino, se poderia dizer que esse modelo entrou em crise?

André Musskopf – Fala-se muito, hoje, na academia, mesmo na mídia ou nas publicações, da “crise do macho”, da crise do masculino. Tenho a sensação de que essa popularização da crise do masculino é uma forma disfarçada dos homens continuarem em cena. Não necessariamente os homens estão em crise, mas o modelo hegemônico. Os motivos que levam a essa crise são, sim, todo o impacto do movimento feminista, toda a mudança no contexto da produção e do trabalho. Não vivemos mais em sociedades agrárias onde a força é um elemento importante, nem em uma sociedade industrial, mas em um período pós-industrial, em que se procuram outros referenciais no mundo do trabalho, onde a masculinidade é testada constantemente. Além da mudança do contexto social, econômico e dos meios de produção e trabalho, está o impacto do movimento feminista, o impacto dos movimentos étnicos raciais, questionando o padrão de homem ideal como homem branco, toda a luta dos movimentos afro-latino-americanos não só na América Latina, mas no mundo inteiro. Também, na América Latina, houve um reacendimento ou uma busca das raízes indígenas, o que não significa que esses questionamentos necessariamente trazem modelos novos, alternativos, que rompem com o hegemônico, mas, de qualquer forma, questionam o hegemônico das suas entradas. E aí aparece com muita ênfase, porque também essa é a minha área de atuação e pesquisa, o próprio movimento homossexual, como um dos movimentos que mais profundamente questionou esse padrão, mostrando que é possível a intimidade, a afetividade não só genital ou sexual, mas também de relacionamento no cotidiano entre homens.

IHU On-Line- Como o movimento homossexual influencia a identidade masculina em geral?

André Musskopf- Por exemplo, toda a mudança na forma como os homens se vestem está muito ligada com o avanço e a visibilização do movimento homossexual. Fala-se hoje que vivemos em uma sociedade pluralista, o que não significa que a sociedade não era pluralista antes, mas hoje se defende mais esse pluralismo como uma característica saudável das sociedades contemporâneas. Então, todos esses movimentos, esse novo contexto, provocam essa crise ou questionamento do modelo hegemônico. Tenho um problema com a idéia de crise, porque, para mim, ela parece muito mais um produto do mercado, que leva os homens a consumir esteticamente. Hoje a crise leva a buscar outras formas. Por exemplo, no campo da estética, há vários novos oferecimentos e novas possibilidades para homens, que mostram a crise masculina transformada num produto do mercado. Por outro lado, percebo que os modelos que estão sendo propostos para a reconstrução ou para a construção de

masculinidades alternativas continuam preservando um dualismo muito forte entre o masculino e o feminino, entre os homens e as mulheres. Meu objetivo é romper com esse dualismo.

IHU On-Line- Quais são os problemas que o senhor aponta em relação a esse dualismo homem-mulher?

André Musskopf - Leonardo Boff e tantos outros falam sobre princípios masculino e feminino presentes diferentemente em homens e mulheres. Se eles estão em homens e mulheres, o que os caracteriza como masculino e feminino, senão a própria cultura que dá, para determinadas características, um nome de masculino e para outras de feminino? Na biologia, na neurologia, especialmente, fala-se muito hoje das diferenças cerebrais entre homens e mulheres. Com isso, procura-se mostrar porque os homens se comportam de tal maneira e as mulheres de outra, o que abre algumas possibilidades, porque essas próprias pesquisas também mostram que, na verdade, não existe como usar um determinismo biológico. Existe até um teste para ver se o cérebro é mais masculino ou mais feminino. Se eu sou homem e tenho o cérebro mais feminino, por que nós continuamos falando que eu sou masculino com o cérebro feminino? Esse dualismo que precisa ser rompido, tem origem em muitos outros dualismos no contexto da sociedade. Para romper com esse dualismo, eu gosto de utilizar fotos, imagens de construções de corpos de homens diferenciados, desde um modelo padrão, passando pelo que se chama de um homem afeminado, a foto de uma transexual, de um transgênero, de uma drag queen, de um transformista e de um andrógono.

IHU On-Line – Essas fotos de diferentes corpos masculinos ajudam a abrir um novo imaginário mais plural?

André Musskopf - Na pesquisa, por exemplo, gosto de usar essas fotos a fim de fazer questionamentos para mostrar como se unem, em um mesmo corpo, o masculino e o feminino. Olhando essas fotos, percebe-se que isso tudo se mistura e se cria a possibilidade de identidades múltiplas, diversas, que não podem nem ser caracterizadas como masculino, nem como feminino, mas que eu chamo simplesmente de humanas. Na área da biologia, há um exemplo muito interessante de uma norte-americana que tem genitália feminina, foi criada e cresceu como mulher. Ela descobriu que geneticamente é um homem. Meu questionamento é que geralmente olhamos para isso como uma exceção, quer dizer, as pessoas não são assim. Dentro de uma epistemologia patriarcal, aprendemos a ver a exceção como aquilo que confirma a regra. Penso que precisamos de uma epistemologia em que a exceção confirma a diversidade. Não mais usar esses modelos pensando que são uma exceção para tudo aquilo que é a regra, o normal. Essa exceção mostra que existem outras possibilidades, com as quais vamos trabalhar.

IHU On-Line- Como estas questões de gênero interpelam a teologia?

André Musskopf- Esse processo necessário de desestabilização do modelo hegemônico do masculino e feminino, das novas propostas, perguntam à Teologia se é possível pensar em uma religião, ou uma teologia, que dentro da Teoria Queer se chama de pós-identitária. Essa reflexão e essa construção ainda estão por ser feitas, existem tentativas, iniciativas de se fazer uma Teologia Queer, mas não existe nada substancial. Esse vai ser o tema do meu doutorado. Aí o contexto latino-americano é muito rico, pois é também o eixo que eu vou explorar, porque a religiosidade na América Latina é muito ambígua e diversa, estando diretamente relacionada com o que a Teoria Queer propõe. Na religiosidade, hoje em dia, fala-se muito da múltipla pertença religiosa, quer dizer, uma pessoa que não é só necessariamente cristã, ou não é só necessariamente católica ou luterana, mas está filiada e participa e circula em diversos

ambientes religiosos, às vezes, completamente opostos ou totalmente diferentes. Esse dado da religiosidade popular latino-americana é muito importante na construção de uma teologia que seja mais ambígua e simultânea e de uma religião que também parta dessa idéia. Da mesma forma, a sexualidade. O que tem de mais ambíguo na cultura latino-americana do que a sexualidade na forma como nós a vivemos? Há uma quase generalizada bissexualidade entre homens, que não preservam uma rigidez de sua sexualidade. Se olharmos para esse contexto, temos a possibilidade de resgatá-lo e de criar uma nova teologia e uma nova religião, rompendo com o dualismo masculino/feminino e propondo uma coisa que ainda não sabemos bem o que é, mas conseguimos começar a imaginar.

[\(Voltar ao índice\)](#)

RELIGIÃO, FAMÍLIA E NOVAS TECNOLOGIAS DE REPRODUÇÃO

Entrevista com Miriam Grossi

*As novas tecnologias de reprodução, misteriosamente, não são condenadas, como o é o aborto. No entanto, elas, na prática, no Brasil, são abortivas. Essa é a opinião da antropóloga Miriam Pillar Grossi, que reflete sobre as questões de gênero na antropologia e no estudo das religiões, focalizando sua pesquisa nas famílias homossexuais na França e no Brasil e na questão da maternidade, refletindo tanto sobre o aborto quanto sobre as novas tecnologias reprodutivas. Segundo a pesquisadora, as novas tecnologias de reprodução são técnicas profundamente invasivas no corpo da mulher e hoje, no Brasil, são técnicas que envolvem um mercado impressionante em termos de recurso. “Em nosso país, para ter um filho por meio de novas tecnologias, é comum casais venderem um apartamento, carro, propriedades para terem filhos, porque, cada tentativa de fecundação “in vitro” custa, dependendo da clínica, de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil. Um filho é um bem que tem valor mercadológico”, afirma. Miriam Grossi é professora no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, - UFSC. A socióloga é mestre e doutora em Antropologia Social e Cultura, pela Université de Paris V (René Descartes), França, e pós-doutora, pelo Laboratoire d’Anthropologie Sociale Collège de France. É co-autora, junto com A. Brazão, de **Histórias para contar: Retrato da violência física e sexual contra as mulheres na cidade de Natal**. Natal: Casa Renascer, 2000 e organizadora de **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998 e **Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: Questões e Desafios**. Brasília: Letras Livres, 2003. A professora concedeu a seguinte entrevista ao **IHU On-Line** por telefone. Ela participou do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, realizado na EST, em São Leopoldo, de 18 a 20 de agosto, ministrando a conferência “O gênero da religião”.*

IHU On-Line – Em que consiste sua pesquisa sobre famílias de homossexuais?

Miriam Grossi - Sou antropóloga e trabalho com pesquisa qualitativa. Tenho acompanhado casais que têm esse projeto familiar, que têm filhos ou projeto de ter filho, na França e aqui no Brasil, num trabalho comparativo. Lá na França, há um movimento muito grande, há a associação de pais e futuros pais gays e lésbicas. É um movimento social. Eu diria que, na França hoje, dentro do movimento homossexual, a principal organização é essa da homoparentalidade. Aqui no Brasil, não há nada organizado politicamente dessa forma. No entanto, é muito impressionante o número de casais homossexuais com filhos no Brasil. Tenho vários alunos trabalhando nisso e não é um fenômeno marginal nem só de camadas médias. É um fenômeno em camadas populares, médias, pessoas brancas, negras, com e sem escolaridade. Ele está em muitos lugares. O Papa fez no ano passado um documento para instruir os deputados de todos os países do mundo contra os projetos de parceria civil homossexual, argumentando que isso seria o "fim da família". Na religião católica, a família é

vista sempre como uma família heterossexual, ou seja, um homem e uma mulher reunidos, numa família procriativa. As famílias homossexuais não são uma invenção ou projeto, elas são reais, elas existem. Inúmeros homens gays e mulheres lésbicas têm filhos. Muitas vezes, têm filhos em relações heterossexuais anteriores a uma relação homossexual, cada vez mais, nos países do primeiro mundo, mas já começa a acontecer no Brasil também: homossexuais se colocam como pessoas aptas a adotarem e sobretudo há uma série de projetos de reprodução em casais de mulheres lésbicas, em casais de homens gays. A pesquisa que tenho feito nos últimos anos, em relação a essa situação, é uma comparação do que acontece na França e aqui no Brasil. Na França, onde tenho estudado, tenho observado que a maternidade é hoje, para as jovens lésbicas de menos de 30 anos, quase que uma experiência obrigatória, o que era radicalmente diferente em gerações de mais de 50 anos, em que a opção pela homossexualidade era uma opção por não ter filhos, ela excluía a noção de família. Hoje o que vemos no projeto de parceria homoerótica, pelo contrário, busca se aproximar, de forma muito interessante, de modelos heterossexuais de família.

IHU On-Line - E o que pode ter provocado essa mudança?

Miriam Grossi - Há muitas explicações. Ainda acho que é cedo para ter conclusões definitivas. Alguns autores têm colocado que o advento da Aids, a partir do início dos anos 1980, provocou uma mudança radical no comportamento homoerótico que, de transgressor, e uma das transgressões importantes como estilo de vida das comunidades gays masculinas, era o fato de ter muitos parceiros sexuais, a uma busca estabilidade. Com o advento da Aids e a mobilização muito grande dentro das comunidades homossexuais no mundo, de forma muito impressionante nos Estados Unidos, mas aqui no Brasil também, vai haver uma volta a um modelo mais monogâmico e menos promíscuo como era nos anos 1970, início dos anos 1980, quando surge a Aids. Outra das interpretações é que o projeto homossexual deixou de ser um projeto de transgressão no campo da sexualidade. Ele se tornou muito mais um projeto de busca de uma estabilidade afetiva sexual, emocional, dentro de parcerias conjugais mais duradouras. Por outro lado, houve uma mudança muito grande nos padrões de conjugalidade, de afetividade, de sexualidade, não só em casais homossexuais, mas em casais heterossexuais. Os modelos de família estão em uma profunda mutação. A idéia de uma família burguesa tradicional, pai, mãe e filhos, está sendo colocada em dúvida nas práticas concretas das pessoas hoje. Elas casam, têm filhos, se separam, casam de novo, têm outros filhos com outros parceiros, os filhos do primeiro casamento acabam vivendo, muitas vezes, com outros pais ou com outras mães, ou vivendo com outros irmãos. Se olharmos do ponto de vista do parentesco, dos arranjos familiares das famílias heterossexuais de camadas médias, aqui no Brasil, vemos isso o tempo inteiro, crianças que têm mais de um pai, mais de uma mãe, do ponto de vista de pessoas que os criam. Nessa interpretação, vê-se que são modificações das relações de gênero, no que diz respeito à vida privada, que são mais amplas, nesse final de milênio, em que o feminismo, como um movimento social que traz uma ideologia de busca de igualdade entre homens e mulheres, e de uma série de outras mudanças na vida privada, vai ter um papel muito grande nessa mudança de valores. Essas duas explicações são, de alguma forma, complementares sobre esse desejo de indivíduos que se reconhecem numa identidade homossexual de desejarem constituir família no sentido de serem pais e serem mães.

IHU On-Line - Haveria uma estabilidade maior nas famílias homossexuais?

Miriam Grossi - É uma boa pergunta. Não tem estudos que poderiam afirmar que há uma estabilidade maior. Mas o que tenho observado nos casais, com os quais tenho trabalhado, é que, como a decisão de se assumir publicamente como homossexual, é muito difícil, as

peessoas, às vezes, levam muitos anos para fazer essa opção de forma pública, isso faz com que, em muitos casos, haja relações mais duradouras. Vi vários casos que tenho estudado e é muito interessante. Os casais homossexuais me dizem assim: "na minha família, tenho dois irmãos, três irmãos, todos se separaram; só eu continuo com o mesmo parceiro". Eu não sei se estatisticamente é comprovável, mas parece que há um projeto de maior estabilidade, talvez justamente porque o casal tenha que lutar tanto para ser reconhecido como casal que essa seja uma razão que torne a união mais forte e menos propensa à separação. A questão dos filhos, pelo que tenho observado, é que, quando um casal homossexual tem um filho, de alguma forma é um jeito de as famílias aceitarem melhor aquele casal. "Tudo bem, meu filho é gay, mas ele me deu um neto". É como se "limpasse" uma imagem negativa daquele filho na família. Ele deixa de ser a ovelha negra e passa a ser um bom filho, porque ele trouxe um neto ou um sobrinho para dentro de casa. No Brasil, a criança tem um papel muito importante para a família, para a idéia de família. Para os casais que levam em frente esse projeto, são gays melhores que os outros esses que têm filhos. No entanto, do ponto de vista religioso, de um clero reacionário no Brasil, esses gays seriam a maior aberração, seria um grande problema. "Imagina, onde já se viu, é gay e ainda quer ser pai?".

IHU On-Line - Que conseqüências isso traz ao modelo de família que até agora se tinha? Quais as perspectivas?

Miriam Grossi - As famílias homossexuais não são famílias diferentes das outras. Elas trazem uma dimensão muito presente nos modelos contemporâneos de famílias, que é o fato de as crianças se inserirem num campo mais amplo de parentesco. Elas têm outras pessoas com as quais convivem, sobretudo se são crianças que nasceram em famílias que se separaram ou de pais que se separaram e já tinham filhos em outro momento. As famílias homossexuais trazem essa possibilidade de pensar o parentesco não ligado ao sexo das pessoas da família. As pessoas dizem "mas, duas mulheres, aí não há um pai, vai faltar a figura paterna...". O que vários psicanalistas, que têm trabalhado com essa questão, têm mostrado é que o importante são as funções paterna e a função materna, e não quem vai cumpri-las: a função materna, a de cuidado, de alimentar a criança, dentro de uma concepção lacaniana, e a função paterna como aquele indivíduo que vai estabelecer os limites para a criança. Não necessariamente essas funções são cumpridas pelo pai ou pela mãe, elas podem ser cumpridas por outras pessoas em volta da criança, avós, professores. São funções que circulam também entre pai e mãe e em casais heterossexuais. Em casais homossexuais, isso ajuda a mostrar como esses papéis não são fixos, não são papéis naturais de homens e mulheres, justamente, porque são funções que precisam ser construídas culturalmente dentro desses casais.

IHU On-Line – Quais são os principais problemas éticos que apresentam o aborto e as novas tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi - Comparando a questão dos problemas éticos do aborto e das novas tecnologias de produção, podemos constatar, do ponto de vista religioso, que o aborto é condenado, porque seria retirar a vida. No entanto, as novas tecnologias de reprodução, misteriosamente, não são condenadas pela Igreja., embora sejam técnicas profundamente invasivas no corpo da mulher. Hoje, no Brasil, são técnicas que envolvem um mercado impressionante em termos de recurso financeiro. Em nosso país, para terem filhos por meio de novas tecnologias, é comum casais venderem um apartamento, carro, propriedades, porque, cada tentativa de fecundação "in vitro" custa, dependendo da clínica, de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil. Um filho é um bem que tem valor mercadológico.

IHU On-Line- Por que o aborto é mais condenado do que as novas tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi- Porque as novas tecnologias vão, de alguma forma, aparentemente, contemplar um projeto religioso que é um filho do próprio sangue, da própria carne, o vínculo que é o que há de mais importante. O interessante é que a Igreja Católica, que, na sua história, sempre preconizou só ter o sexo sentido para a reprodução, justamente põe em cheque esse pressuposto fundamental do que era o sentido do casamento para o campo religioso católico antigamente. Para outros campos também, mas estou falando do católico que eu estudo mais. O sexo não tem mais relação com a reprodução. Muitos médicos que usam essas tecnologias, recomendam que esses casais estéreis com comprovação científica tenham relações sexuais, para que fiquem na dúvida se o filho veio do laboratório ou se veio de Deus, pois é muito forte, nas pessoas, esse vínculo de que para ter filho tem que haver sexo. Mesmo que sejamos teoricamente modernos e que acreditemos na ciência, quando se trata das práticas cotidianas, do que significa a reprodução social, a família, acabamos tendo práticas que são religiosas na sua essência. O próprio sexo, a sexualidade, nessas circunstâncias, se torna uma obrigação religiosa e vai até no sentido oposto daquele sexo pecaminoso, que a Igreja também tanto condenava.

IHU On-Line- Há aborto na aplicação das tecnologias de reprodução?

Miriam Grossi- Elas implicam necessariamente em aborto, uma vez que, aqui no Brasil, como não há ainda uma legislação aprovada, se implantam no ventre de cada mulher, em geral, no mínimo, quatro embriões. Essa é a média de embriões que, nas clínicas do Brasil, se implanta no útero das mulheres, coisa que é proibida em outros países do mundo, como no caso da França. Aqui, se implantam os quatro embriões, porque se pensa que alguns não vão dar certo. Mas, se por acaso, os quatro fertilizam, se sabe que é uma gravidez de altíssimo risco e com pouquíssimas chances de ser levada a termo, uma gravidez de quadrigêmeos. Em geral, as clínicas do Brasil fazem aborto, ou seja, fazem redução embrionária. E aí a Igreja fecha os olhos, porque aqui se está “produzindo vida”. Está se dando um filho para aquele casal, que tanto se ama, um filho do seu próprio sangue. A questão religiosa é profundamente imbricada nas relações de gênero e profundamente imbricada nas nossas práticas cotidianas que envolvem gênero, como a sexualidade, a conjugalidade, a família, a procriação, que nos constituem como sujeitos nas nossas identidades mais profundas. Mesmo que pensemos diferente, nos pegamos agindo de forma inconsciente, segundo esses preceitos religiosos, que nos constituem culturalmente.

IHU On-Line – A religião tem gênero?

Miriam Grossi - A religião católica é nitidamente masculina na sua essência. Temos um Deus Pai, todo poderoso, que tem um Filho, etc. As religiões judaico-cristãs e muitas religiões do mundo, como as religiões muçulmanas também, são marcadas por esse lugar preponderante dos homens. De alguma forma, a religião, em grande parte das culturas do mundo, é o que sustenta a dominação masculina, do ponto de vista ideológico, com seu próprio aparato conceitual e seu imaginário de quem tem valor do ponto de vista religioso. As religiões no campo em que a antropologia trabalha, sociedades tribais, religiões indígenas, são diferentes. Por exemplo, os esquimós, do Canadá, e outros grupos tribais que trabalham com o chamanismo², o indivíduo que vai ser o religioso, o chamã, tem que, necessariamente, circular

² O chamanismo é uma tecnologia de transformação paleolítica, de âmbito mundial, que utilizava o acesso controlado aos estados de êxtase da consciência para comunicar-se com as plantas, os animais, os antepassados, os espíritos e os

entre os dois gêneros, entre o mundo feminino e o masculino. É como se o acesso ao mundo espiritual fosse um mundo que necessitasse dessa circulação identitária de gênero. Enquanto na nossa cultura cristã, o que parece que está em jogo é esse indivíduo que se aproxima do sagrado, deve ser um indivíduo, em princípio, assexuado, que é o padre, a freira, que não têm sexo enquanto sexualidade. Por outro lado, nessa religião só o masculino tem valor.

[\(Voltar ao índice\)](#)

"O MASCULINO E O FEMININO NÃO SÃO QUESTÕES ONTOLÓGICAS"

Entrevista com Diego Irarrazaval

*Os desafios que as questões de gênero apresentam à Igreja e à Teologia, a carta do Vaticano sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e na sociedade e as expectativas para o Fórum Mundial de Teologia e Libertação são alguns dos temas abordados pelo presidente da Associação de Teólogos e Teólogas do Terceiro Mundo, Diego Irarrazaval, em entrevista concedida ao IHU On-Line. O presbítero chileno Irarrazaval é teólogo, católico, membro da Congregação de Santa Cruz e diretor do Instituto de Estudos Aymaras (Peru). Padre Diego é licenciado em Teologia pela Universidad Católica de Chile e mestre em Ciências Religiosas pela Divinity School da Universidade de Chicago. Entre seus livros publicados, citamos **La fiesta, símbolo de libertad**. Lima: Cep/B de las Casas, 1998; **Teología en la fe del pueblo**. San José: Dei, 1999; **Audacia evangelizadora**. Cochabamba: Verbo Divino, 2001; **Un Jesús Jovial**. Lima: Paulinas, 2003 e São Paulo: Paulinas, 2003; e **Raíces de la Esperanza**. Lima: CEP, 2004. A Associação de Teólogos/as do Terceiro Mundo (Asett/Eatwot), a qual ele preside, nascida em 1976, na Tanzânia, tem por objetivo promover o diálogo entre pessoas da Ásia, África, América Latina e minorias do primeiro mundo. Colaboram, em nível local e regional, em ações em favor da justiça e da paz. Publicam a revista **Voices of the Third World**, editada na Índia. A Associação tem como prioridades, confirmadas na última Assembléia Geral Intercontinental (Equador, 2001), a teologia, o gênero e o diálogo inter-religioso, o que forma parte de sua opção por e com os pobres. O teólogo concedeu a seguinte entrevista ao IHU On-Line durante o I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, acontecido na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, de 18 a 20 agosto 2004.*

IHU On-Line- Qual é o principal desafio ao pensar em corpo e questão de gênero na contemporaneidade?

Diego Irarrazabal- O que me impacta é corpos de mulheres e homens que são vítimas de desemprego, de fome, de doenças. Acho que a teoria feminista tem permitido a pensadoras e ativistas, a elaboração das teorias de gênero. Permite também que alguns homens comecem a colocar a questão da masculinidade. Não é idêntico ser homem e masculino e ser mulher e feminino. Homem-mulher provém de nossa formação biológica e sexual e masculino e feminino são elaborações socioculturais, e o masculino vai muito ligado a ser homem, mas não só isso, também os homens temos características que são femininas. Interessa-nos pensar em outras relações entre homens e mulheres. Outra masculinidade é possível, não há que se deixar guiar pela masculinidade hegemônica em que o homem vale por dominar, por pensar às custas de outros, por violentar outros e a si mesmos. Uma masculinidade feliz que faça felizes aos demais. Muitos homens começam a se dar conta de que a discussão de gênero não só tem a ver com mulheres.

quatro elementos. O chamã, que tinha o poder de curar, controlava o clima, adivinhava as fontes de alimentos, quem eram os inimigos e onde estavam os objetos perdidos... um ecologista espiritual que mantinha o equilíbrio entre sua tribo e a biorregião dela. (Nota do **IHU On-Line**)

IHU On-Line- Como repensar a teologia dos gêneros?

Diego Irarrazabal- Há muitos recursos nas experiências das comunidades cristãs de setores populares e também nas teologias, sobretudo nas afro-americanas, indígenas e feministas. Não partimos do zero ao pensar uma teologia do gênero que contribua com a libertação. Para mim, o princípio teológico básico provém da prática e da mensagem de Jesus. É problemático textos como o da Congregação para a Doutrina da Fé, recentemente publicado: *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo*³. Ele faz certas leituras do Gênese para sustentar uma postura sobre a mulher e sobre o homem. A prática de Jesus com homens e mulheres é muito significativa. Jesus, no contexto religioso cultural de sua época, chama aos pescadores, primeiros apóstolos, a um tipo de condição humana com o acento no serviço na relacionalidade.

IHU On-Line- Por que o senhor acha problemático o documento do Vaticano sobre a colaboração do homem e da mulher?

Diego Irarrazabal- Porque inventa uma realidade que chama de “questão feminina”, não fala da mulher. O documento não está informado do que é o feminismo. Ele faz menção rápida a certos tipos de feminismos. Há documentos com os quais se pode estar de acordo ou desacordo, mas pode se perceber que quem o elaborou tentou compreender essa realidade, leu, está informado. O que me impacta neste documento é a má forma como são focalizados os temas. Seria para falar da colaboração entre o homem e a mulher, mas não o faz. Pretende falar sobre a dignificação da mulher, mas fica longe disso. Argumenta, baseando-se no livro do Gênese, que as características masculina e feminina teriam um sustento ontológico nos relatos da criação. Mas o debate não é metafísico nem ontológico, e sim, uma discussão na existência concreta de homens e mulheres em determinadas sociedades. Outro problema do documento é que vê as reivindicações da mulher como ameaça à família, a mulher que vai se libertando de certos enquadramentos que lhes foram feitos. O texto de maneira sutil sugere que o problema é que a mulher entende o homem como seu inimigo. Nas entrelinhas, a mulher é a causa da falta de harmonia entre homem e mulher. Quando o escrito não tem consistência, não importa a sua origem, isso deve ser apontado. Outros documentos que falam sobre a dignidade da mulher, do próprio Vaticano são bem mais consistentes. Alguns setores podem ficar com a idéia de que Roma e João Paulo II estão atacando o feminismo, o documento não trata o feminismo, não o condena porque não o trata. O que mostra é muito temor a coisas que caricaturiza. Os temores, às vezes, são justificados, mas estes temores que provêm de uma visão de gênero patriarcal, androcêntrica, não.

IHU On-Line- Haveria, então, uma necessidade nas Igrejas cristãs e especialmente nos homens, de redescobrir à luz da contemporaneidade as identidades masculina e feminina?

Diego Irarrazabal- Nós estamos tentando analisar as causas do forte androcentrismo e uma das razões é o medo, os privilégios que se perdem. É difícil de abandonar o estereótipo de que os homens pensam, e a mulher não, só sente, a mulher é afetiva e não racional. Mas também há muita insegurança em dizer o que é ser homem. Amigos meus, colegas, não se interessam, se fecham com argumentos absurdos como se isso dividisse a luta pelos direitos humanos, pela libertação. Os direitos do ser humano abrangem também os direitos dos homens fechados

³ Sobre esta carta conferir a entrevista de Danièle Hervieu-Léger, publicada no *IHU On-Line*, n.º 110, de 9 de agosto de 2004, sob o título "A crise do catolicismo vem da sua imobilidade diante das mudanças culturais". (Nota do *IHU On-Line*)

dentro das jaulas androcêntricas, enjaulamos os outros, mas também a nós mesmos nos outorgando determinados papéis.

IHU On-Line- Que rumos vai tomando a teologia do terceiro mundo, especialmente a Teologia da Libertação?

Diego Irarrazabal- Nossa Associação tem como preocupação básica a palavra teológica em um mundo globalizado. Não é uma teologia para dentro do fato religioso, e sim em resposta e diálogo aos sinais dos tempos. Nesse marco, põem-se dois acentos: a mulher e sua teologia e o diálogo inter-religioso. Ou seja, pensarmos sobre o que cabe à fé cristã diante de outras formas de fé, não só diante de outras religiões, porque também há espiritualidades que não têm traços de religiões com as que temos que dialogar. Colaborar para que as comunidades crentes das quais viemos possam encarar os grandes desafios humanos hoje, um deles é a pluralidade religiosa. A emergência da mulher, como pessoa, como modo de pensar e o que caracteriza a Teologia da Libertação: a injustiça em nível mundial, colaborar para que não haja sofrimento injusto.

IHU On-Line- O que se pode esperar de um evento como o Fórum Mundial de Teologia e Libertação (FMTL)?

Diego Irarrazabal- Estamos organizando o Fórum para reunir pessoas dos diversos continentes. Vai na linha do que a Unisinos fez há pouco tempo com o *Simpósio Internacional O lugar da Teologia na Universidade do século XXI* no sentido da preocupação pela responsabilidade teológica diante dos grandes problemas da sociedade atual. Teologia pública, relevante diante das situações humanas. Tão diferente do imaginário que há da teologia como algo dos templos, intra-institucional, intraclerical, há muito disso em teologia, mas em torno do Fórum Social Mundial se faz o FMTL⁴ para ver que desafios há. Não somos uma voz tão grande mas sim uma voz importante que conecta latino-americanos, asiáticos, e todos os continentes. Grande parte da Teologia da Libertação hoje em dia está também na América Latina, mas não só, está sobretudo na Ásia e África, eles tem uma riqueza de produção impressionante e nos enriquecerá muito essa partilha.

[\(Voltar ao índice\)](#)

DESTAQUES DA SEMANA

Teologia Pública

TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO, DE RUDOLF BULTMANN

A editoria *Teologia Pública* traz, na presente edição, um debate sobre a obra **Teologia do Novo Testamento**, de Rudolf Bultmann. Tradução de Ilson Kayser e revisão de Nélío Schneider. São Paulo: Teológica, 2004. O título original desta obra clássica da teologia é **Theologie des Neuen Testaments** e foi editada pela primeira vez no ano de 1953. Para falar sobre a obra, **IHU On-Line** entrevistou, por e-mail, os professores e teólogos Nélío Schneider e Johan Konings.

⁴ A programação do Fórum Mundial de Teologia e Libertação foi publicada no boletim **IHU On-Line** n.º 113, de 30 de agosto de 2004. (Nota do **IHU On-Line**)

Nélio Schneider é teólogo, tradutor e professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia da Escola Superior de Teologia (EST). Além de revisar a obra de Bultmann comentada nas entrevistas a seguir, o professor fez a tradução do texto grego do prefácio à 9ª edição e da preparação dos anexos de Otto Merk. Graduado em Teologia pela EST, Nélio Schneider é doutor em Teologia pela Kirchliche Hochschule Wuppertal, na Alemanha. É autor de, entre outros, **Proclamar Libertação**. São Leopoldo: Sinodal, 1998; e **Paulo de Tarso - Apóstolo a serviço do Evangelho de Jesus Cristo e da Cidadania**. São Leopoldo: CEBI, 1999.

Johan Konings é professor no Instituto Santo Inácio - Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus - ISI- CES, de Belo Horizonte, MG. Graduado em Filosofia e Teologia, Konings concluiu o doutorado em Teologia pela Universidade Católica de Louvain. Entre seus livros publicados, citamos **Ser Cristão. Fé e prática**. Petrópolis: Vozes, 2003; e **Liturgia Dominical. Mistério de Cristo e formação dos fiéis (anos A - B - C)**. Petrópolis: Vozes, 2003. Ele concedeu uma entrevista na 103ª edição do **IHU On-Line**, de 31 de maio de 2004, sobre o Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI, evento no qual ele ministrou a oficina **Hermenêutica e Teologia no século XXI**. O texto desta oficina abrirá a nova publicação do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) intitulada **Cadernos de Teologia Pública**. A nova publicação será lançada ainda neste mês de setembro.

Um dos teólogos mais influentes do século XX, Rudolf Bultmann (1884-1976) se destacou com seus escritos históricos e interpretativos sobre o Novo Testamento. Ele foi, durante muitos anos, catedrático da Universidade de Marburg, na Alemanha. Apoiando-se num esquema interpretativo existencialista, bastante influenciado por Martin Heidegger, seu colega na Universidade de Marburg, Bultmann passou sua vida lendo o Novo Testamento, como se fosse um documento heideggeriano, e se valendo de métodos histórico-críticos para eliminar do texto os elementos resistentes ao sistema filosófico existencialista. A tradução portuguesa do livro **Teologia do Novo Testamento** é importante para os estudos teológicos brasileiros. Além desse livro pode ser lido em português também o seu livro **Jesus Cristo e mitologia**, publicado pela Editora Cristã Novo Século, no ano 2000.

O CRISTIANISMO TEM ALGO A DIZER PARA A CONTEMPORANEIDADE?

Entrevista com Nélio Schneider

IHU On-Line - Quais foram as principais dificuldades para a revisão da obra *Teologia do Novo Testamento*, de Rudolf Bultmann?

Nélio Schneider - Não se apresentaram dificuldades propriamente; fizemos uma opção editorial, primeiro por apresentar uma tradução baseada na versão mais recente da obra na Alemanha, inclusive com todos os acréscimos bibliográficos da edição original (em torno de 200 páginas); segundo, por constituir por um lado, uma edição útil do ponto de vista científico (ou seja, preservando, por exemplo, os caracteres gregos do texto original, que são muitos) e, por outro, uma edição legível também para quem não domina o grego neotestamentário (apresentando a tradução também do texto grego); e terceiro, por entregar ao público brasileiro uma edição bem trabalhada do ponto de vista estético, para fazer jus à importância da obra dentro da pesquisa da teologia do Novo Testamento e à relevância do autor nessa área.

IHU On-Line - Qual considera a principal contribuição de Rudolf Bultmann à Teologia Contemporânea?

Nélio Schneider - A contribuição maior de Rudolf Bultmann foi a busca constante por comprovar a relevância e a atualidade do querigma⁵ neotestamentário para o mundo moderno;

⁵ Querigma: Núcleo central e essencial da mensagem cristã. Proclamação de fé sobre a vida, morte, ressurreição e mensagem de Jesus Cristo (Nota do **IHU On-Line**).

o meio de fazer isso é o estudo científico profundo das raízes da fé em Jesus e no cristianismo primitivo e sua tradução e interpretação para a atualidade, visualizando aí a necessidade de abandonar as formulações míticas usuais no mundo antigo e retraduzir seu conteúdo em linguagem contemporânea, pois a fé não anula a razão, antes crer implica também compreender. Por isso, o decisivo não é arrastar consigo uma bagagem de concepções incompreensíveis para nós, mas falar a mensagem do Evangelho de tal forma que também hoje o indivíduo seja confrontado com a decisão da fé diante de Deus e, desse modo, seja tocado incondicionalmente em sua existência, só assim chegando a compreender a si mesmo de maneira autêntica.

IHU On-Line- Quais foram as vantagens e os limites de não considerar a história, e sim o querigma, na raiz da fé?

Nélio Schneider- A importância de ressaltar o papel decisivo do querigma para a fé está em que a proclamação do Evangelho é que atinge incondicionalmente a existência do ser humano em todos os tempos, ao passo que a história passada pode ser pesquisada e aquilatada com os métodos científicos sem constituir base para nenhuma mudança na vida do indivíduo. O limite dessa idéia, apontado já por discípulos do próprio Bultmann, é que foi justamente a história de Jesus de Nazaré que gerou o querigma que atinge incondicionalmente a existência humana. Assim, esse aspecto histórico específico não pode ser negligenciado e deverá ser considerado em sua relevância para a fé. Para Bultmann, a história de Jesus de Nazaré não fazia parte do querigma neotestamentário, mas constituía um de seus pressupostos. Para os críticos de Bultmann, o próprio Jesus de Nazaré e a mensagem por ele proclamada são constitutivos do querigma.

IHU On-Line - O que significa a fé consistir na autocompreensão da pessoa humana mediada pelo Evangelho? Crer não é acreditar em fato, e sim uma nova maneira de enxergar a existência?

Nélio Schneider - O ser humano só chega a uma compreensão autêntica de si mesmo quando confrontado com a decisão da fé. Como ocorre esse confronto? Pela proclamação do Evangelho, revela ao ser humano a sua verdadeira condição de pecador diante de Deus e o convoca a uma entrega existencial plena e irrestrita, em obediência incondicional a Deus. Trata-se, portanto, de conceber a própria existência de maneira nova, dentro de novos moldes existenciais e viver uma vida de obediência total a Deus. Crer não tem nada a ver com acreditar na veracidade de certos fatos, mas de acolher a mensagem do evangelho como válida para a própria existência e, assim, promover uma mudança radical na maneira de vivê-la.

IHU On-Line - Quais foram as principais descobertas neotestamentárias de Rudolf Bultmann?

Nélio Schneider - Rudolf Bultmann ocupou-se com muitos temas e foi pioneiro em diversos campos da pesquisa do Novo Testamento. Cito apenas três pontos importantes: a) na pesquisa sobre os Evangelhos, marcou época a sua obra *História da tradição sinótica*, na qual ele estabeleceu parâmetros até hoje considerados sobre as diversas formas literárias em que se constituiu a tradição sobre Jesus e seus diferentes contextos vivenciais (*Sitz im Leben*) no âmbito da primeira cristandade; b) no âmbito da teologia do Novo Testamento, justamente a obra em questão representa um marco que até hoje necessariamente é tomado como ponto de partida por quem se ocupa com o tema; Bultmann considerou a teologia do Novo Testamento em sua diversidade de formulações, em suas variações históricas, condicionadas pelo percurso da proclamação evangélica através do mundo antigo, estabelecendo, com isso, um modelo

cientificamente mais adequado ao fenômeno histórico e ao conteúdo da proclamação; c) um dos temas teológicos mais discutidos no século passado, foi a proposta apresentada por Bultmann de demitologização da mensagem do Novo Testamento que propugnava a necessidade, não de eliminar o mito, mas de traduzi-lo e interpretá-lo para a linguagem do mundo contemporâneo. Partindo do pressuposto de que o mundo neotestamentário se expressa na linguagem mitológica e que o mundo moderno não mais se utiliza dela, Bultmann vê como imperativo que o evangelho seja expresso na linguagem que nos é própria, para que preserve a sua relevância para o ser humano moderno e seja capaz de confrontá-lo com a decisão da fé.

IHU On-Line - Qual é contribuição da obra para a Teologia Latino-Americana?

Nélio Schneider - Sendo um clássico da literatura científica sobre o Novo Testamento, é imperativo que quem pesquisa sobre o assunto tenha conhecimento dos resultados desse trabalho. Com o lançamento da tradução para o vernáculo, o acesso a essa obra fundamental está facilitado. A importância da obra para a teologia latino-americana reside no fato de, valendo-se de um instrumental científico de pesquisa, trazer à luz o querigma neotestamentário de uma forma criteriosa e séria. Bultmann propõe uma interpretação existencial do querigma em sua relevância para o indivíduo crente ou descrente. É um ponto que poderia ainda hoje gerar uma discussão frutífera com uma abordagem globalizante em que o indivíduo some na moderna massa informe ou é subsumido numa quantidade de estruturas que o despersonalizam.

IHU On-Line - Como esta obra contribui para uma Teologia Pública na universidade?

Nélio Schneider - Essa obra contribui para uma teologia pública universitária pela sua metodologia: ela obtém seus resultados com rigor científico, valendo-se de um princípio interdisciplinar. Concorrem para a investigação as perspectivas histórica, filológica, filosófica e teológica. Essa abordagem torna a obra relevante não só para crentes, mas também para toda pessoa que se interessa pelo conhecimento científico abalizado dos escritos neotestamentários em seu contexto histórico e cultural.

A POSSIBILIDADE DA FÉ E DA TEOLOGIA, HOJE

Entrevista com Johan Konings

IHU On-Line – Qual a principal contribuição de Rudolf Bultmann para a teologia contemporânea?

Johan Konings - Vejo em Rudolf Bultmann diversas contribuições à teologia contemporânea, e não consigo decidir qual delas devo considerar a mais importante. Creio que Bultmann, contrariamente à imagem que dele se tem no Brasil, em vez de ser um teólogo liberal, foi um teólogo crente, que reagiu contra a teologia liberal e quis expressar, no contexto do mundo tecnocientífico, não apenas a possibilidade da fé e da teologia, mas também sua própria fé que de fato tinha. Quis expressar a fé para pessoas que confiam na ciência que faz um avião levantar vô e manter-se no ar sem a ajuda de anjos. Ou seja, para pessoas que acreditam na autonomia do saber científico e contudo prestam ouvido a uma outra voz, que se pode chamar “a Palavra de Deus”. Assim, expressou com clareza que a fé não exige que se acredite na literalidade de suas expressões simbólicas e metafóricas, que ele abordou sob o aspecto do mito na narrativa bíblica - programa que ele chamou de desmitologização, o que foi muito mal entendido, pois Bultmann sabia muito bem que a linguagem sobre Deus não pode dispensar as metáforas, as narrativas simbólicas, etc. Além disso, quando coloca a verdadeira dimensão da

fé cristã na busca da autenticidade existencial sob a Palavra de Deus reconhecida em seu revestimento narrativo, Bultmann prepara a volta à interioridade, à escuta da experiência de Deus no cerne da própria existência, com todas as suas intencionalidades existêntico-transcendentais, a abertura ao outro, ao mundo e a Deus. Bultmann foi um expoente da teologia crítica, isto é, da teologia que leva a sério as exigências da razão crítica segundo o pensamento de Imanuel Kant⁶. Mas foi também um teólogo dialético no sentido de Karl Barth⁷, consciente de que Deus não se deixa captar em representações que pertencem ao mundo fenomênico humano. Ou seja, ele foi um desses teólogos preocupados em deixar Deus ser Deus - Deus, que deixa o ser humano ser humano.

IHU On-Line - Qual a maior riqueza da obra *Teologia do Novo Testamento*?

Johan Konings - Faz muito tempo que li essa obra, e por minha especialidade exegética tenho mais presente sua obra analítica sobre as formas literárias no Novo Testamento e o comentário sobre o Evangelho de João. A sua "Teologia" é uma síntese que abrange todos os grandes temas da teologia bíblica. Mas lembro-me do impacto que me causou o primeiro capítulo, sobre a pregação de Jesus, embora, com o tempo e com tudo o que a gente vai lendo depois, muitos pontos devam ser matizados. Mas lembro-me também das suas exposições bíblico-antropológicas, baseadas sobretudo em Paulo e João. No fundo, embora sendo visceralmente um homem da modernidade, Bultmann não acreditava cegamente no otimismo moderno. Pelo contrário, e nisso talvez reforçado pela tradição luterana, tinha muita consciência daquilo que chamamos o pecado, o estado não redento da humanidade e do mundo, ao qual ele opunha, em termos inspirados pelo pensamento fenomenológico-existencialista, a autenticidade existencial como graça que vem da obediência à Palavra de Deus. Pode-se criticar a ausência de uma ética social ou global, mas no tempo em que ele viveu, antes, durante e depois da segunda guerra mundial, essa visão teológica foi muito valiosa e creio que ele continua inspirador para nós hoje, também na América Latina, para não esquecermos que somos filhos e filhas de Adão e Eva.

IHU On-Line - De que forma a contribuição de Bultmann pode ajudar no diálogo entre a fé e o mundo não-religioso, científico, universitário, político, etc.?

Johan Konings - Bultmann pode ajudar para o diálogo com o mundo não-religioso - e, espero eu, também com o mundo religioso - exatamente por causa de seu extremo respeito por Deus e pelo ser humano. Tem horror a uma mistura dos âmbitos do humano e do divino. Deseja que sejam articulados dialeticamente, sem que um absorva o outro. Diante da religiosidade pós-moderna, que alguns até chamam pagã, creio que uma retomada do pensamento de Bultmann poderá, por um lado, iluminar os não-religiosos para ver que a verdadeira transcendência, que chamamos Deus, não exige um sacrifício da razão, mas apenas do racionalismo monotrilho - e, por outro lado, ajudar os "religiosos" a purificar sua imagem de Deus, para que este não seja um tapa-buraco, um pronto-socorro, um "deus ex machina", um subterfúgio e causa de alienação diante dos desafios que devemos assumir com a objetividade de nosso conhecimento racional e com a coragem de nosso engajamento existencial. Há vinte anos, Peter Berger anunciou um "rumor de anjos", mas uma retomada do pensamento de Bultmann, como também

⁶ Sobre I. Kant conferir o **IHU On-Line** n.º 93, de 22 de março de 2004, com o título de capa **Kant. Razão, liberdade e ética**, onde, por ocasião do bicentenário da sua morte discutimos o seu legado. Confira, especialmente, o artigo de Karl Lehmann, "Passando pelo fogo purificador da crítica", p. 18-21. (Nota do **IHU On-Line**).

⁷ De Karl Barth, em português, pode ser lido o livro Carta aos Romanos, Editora Cristã Novo Século, 2002. (Nota do **IHU On-Line**)

de Bonhoeffer⁸ e de Tillich⁹, nos ajudará a não confundir esse rumor de anjos com a voz do Altíssimo.

IHU On-Line - De que maneira a obra Rudolf Bultmann poderia iluminar um tempo de crise civilizacional como é a contemporaneidade, em que as instituições, que eram transmissoras de valores, como o Estado, a escola as igrejas, estão em crise?

Johan Konings - Já disse que Bultmann nos lembra, em termos de pensamento crítico, que somos “filho de Adão”. Crises não se resolvem com mistificação, mas com lucidez e coragem. É neste sentido que uma retomada crítica do seu pensamento poderá ajudar a humanidade a reconhecer os passos certos, não ilusórios, a serem dados na noite que nos circunda. Quando digo “retomada crítica”, quero dizer: incluindo uma crítica à teologia crítica de Bultmann. Uma metacrítica. E tal metacrítica (à teologia crítica) já existe, tanto no nível da teologia bíblica como no da teoria do conhecimento que o pensamento de Bultmann supõe. Do lado da fenomenologia, com a qual Bultmann está afinado, veio, já desde o tempo dele, a fenomenologia da alteridade, em Franz Rosenzweig¹⁰, Martin Buber, Emanuel Levinas¹¹ e Paul Ricoeur¹². E quanto à teologia bíblica, mais exatamente, quanto à teologia do Novo Testamento, os próprios discípulos de Bultmann o corrigiram em muitos pontos. Quero citar, além do admirável Ernst Käsemann¹³, sobretudo Günther Bornkamm, cujo livro sobre Jesus existe em tradução brasileira¹⁴ - o leitor poderá, portanto, verificar o que vou dizer. Se Bultmann insistiu no fato de que não se pode reconstituir a história da vida de Jesus e que isso também não é necessário para anunciar o Cristo da fé como apelo à autenticidade de nosso existir, os discípulos, Bornkamm e outros, lembraram que o Cristo anunciado tem um conteúdo histórico, e este é precisamente a palavra que nos interpela da parte de Deus, que ninguém jamais viu. Por isso mesmo, entre nós, a teologia da libertação dedicou renovada atenção à práxis histórica

⁸ Dietrich Bonhoeffer nasceu em 1906. Ativo nas iniciativas ecumênicas da Igreja considerada como uma entidade mundial, foi um dos primeiros alemães que se aperceberam dos problemas do nazismo, criticando o regime de Hitler. Associou-se ao grupo que desejou matar Hitler. Foi preso, passando dois anos na cadeia, e foi enforcado em 1945. Sua última obra de envergadura foi **Ética** São Leopoldo: Sinodal, 1988.

⁹ Paul Tillich (1886-1065), nasceu na Alemanha mas viveu quase toda a sua vida nos EUA. Foi um dos maiores teólogos protestantes do século XX é autor de uma importante obra teológica. Entre os livros traduzidos em português pode ser consultado **Coragem de Ser**, Editora Paz e Terra, 2001, 6ª edição e **Amor, Poder e Justiça**, Editora Cristã Novo Século, 2004. (Nota do **IHU On-Line**)

¹⁰ Franz Rosenzweig (1886- 1929), judeu nascido na Alemanha, é autor de uma obra filosófica importante onde ressalta o livro **Der Stern der Erlösung** (A estrela da redenção) e **Judentum und Christentum** (Judaísmo e Cristianismo). Ele trabalhou com Martin Buber na tradução da Bíblia hebraica para o alemão. (Nota do **IHU On-Line**)

¹¹ Emmanuel Levinas, filósofo e comentador talmúdico, nasceu em 1906, na Lituânia e faleceu em 1995, na França. Desde 1930 era naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger cuja obra **Ser e tempo** de 1927 o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza o pensamento de Levinas. Ele é autor do livro que o consagrou **Totalité er infini. Essai sur l’extériorité** que foi traduzido para o português com o título **Totalidade e Infinito**, Lisboa: Edições 70, 2000. No Brasil a Editora Perspectiva, publicou **Quatro leituras talmúdicas**, em 2003 e a Editora Vozes, **De Deus que vem a idéia**, em 2002. (Nota do **IHU On-Line**).

¹² Paul Ricoeur, filósofo francês, autor do importante livro **O conflito das interpretações**, São Paulo: Imago, 1978. Completou 90 anos de vida no ano passado. O **IHU On-Line** publicou, de Paul Ricoeur, um artigo intitulado **Imaginar a paz ou sonhá-la?**, na 49ª edição, de 24 de fevereiro de 2003, e uma entrevista na 50ª edição, de 10 de março de 2003. (Nota do **IHU On-Line**).

¹³ De Ernest Käsemann, em português, acaba de ser lançado o seu livro **Perspectivas Paulinas**, pela Editora Teológica, a mesma que publicou o livro de R. Bultmann, comentado neste boletim. (Nota do **IHU On-Line**).

¹⁴ Além desse livro, foi publicado, pela Editora Paulus, em 2003, o livro de G. Bornkamm, **Bíblia. Novo Testamento**. (Nota do **IHU On-Line**).

de Jesus. Simplificando, como convém numa entrevista: Bultmann quis dizer que não podemos reconstituir um Jesus sobrenaturalista, cheio de milagres, para assim impor a fé na sua divindade e a submissão a verdades e normas reveladas. Não é o milagroso em Jesus que nos dá garantias divinas da obra redentora, mas a cruz e a glória anunciadas no querigma que nos interpela. Ora, eu creio que Bultmann não negaria que a imagem narrativa de Jesus de Nazaré expressa segunda a fé da primeira comunidade - a fé dos discípulos - é a voz que Deus dirige à minha existência, ou seja, que Jesus é a Palavra de Deus, como diz o Evangelho de João magnificamente comentado por Bultmann. Pois bem, uma releitura de Bultmann, enriquecida com nosso maior sensibilidade pela práxis histórica, poderá nos ajudar para assumir nossa responsabilidade histórico-existencial no meio da noite, sem falsa segurança, mas seguindo o "vinde e vede" que Jesus dirigiu a seus primeiros seguidores.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum outro aspecto em relação a Rudolf Bultmann que não foi perguntado?

Johan Konings - Só queria acrescentar que Bultmann foi um momento num diálogo que nunca tem fim. Querer ressuscitá-lo, sem mais, certamente não seria de seu gosto, e nem serviria para nós. Por isso insisti no termo "releitura". Os grandes pensadores não se esgotam na primeira leitura, eles sempre reaparecem nessa espiral fecunda que é o pensamento partilhado e ruminado. Aludindo à sua própria gnoseologia, eu diria que devemos entrar no círculo hermenêutico juntamente com ele.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Livro da Semana

DIREITO SEM SOCIEDADE

Barcellona, Pietro. Diritto senza società, dal disincanto all'indifferenza (Direito sem sociedade, do desencanto à indiferença). Bari, Dédalo (Strumenti Scenari, 389), 2003. 201p.

Nesta semana apresentamos a recensão do livro Diritto senza società, dal disincanto all'indifferenza, de Pietro Barcellona. A recensão é de autoria de Alessandro Salice, professor de Filosofia do Direito, e foi publicada em 30 de novembro de 2003, na página www.swif.uniba.it/lei/recensioni/crono/2004-03/barcellona.htm

*Pietro Barcellona é professor de Filosofia do Direito na Universidade de Catânia, Itália. Ensinou nas universidades de Palermo, Messina e Florença e desenvolveu seminários e conferências em diversas universidades estrangeiras. Foi membro do Conselho Superior da Magistratura e deputado no parlamento italiano. Publicou diversos ensaios. Destacamos alguns: **L'individualismo proprietário** (Turim, 1987), **L'egoismo maturo e la follia del capitale** (Turim, 1989), **Lo spazio della politica** (Roma, 1993), **Dallo stato sociale allo stato immaginario. Critica della raggione funzionalista** (Turim, 1994); **Politica e passioni** (Turim, 1997); **Il declínio dello Stato** (Bari, 1998), **Quale política per il terzo milênio?** (Bari, 2000) e **Nuove frontiere del diritto** (Bari, 2001) e, junto com S. Natoli e R. De Giorgi, **Fine della storia e mondo come sistema** (Bari, 2003) e **La strategia dell'anima**. Troina: Città Aperta Edizioni, 2003.*

O texto de Pietro Barcellona, **Direito sem sociedade, do desencanto à indiferença**, é uma coletânea de quatro ensaios e de um apêndice: trata-se de trabalhos já apresentados ao público em outras versões, em obras precedentemente publicadas. Todavia, a despeito dessa

natureza composta, a obra apresenta-se como trabalho orgânico, e em si unitário. De fato, tanto os argumentos tratados, como as perspectivas de análise enquadram os quatro ensaios num contexto bem delineado e facilmente reconhecível ao longo de todas as páginas do livro.

A filosofia do direito promovida pelo Autor é uma disciplina que não pode, nem deve, distanciar-se de uma “diagnose da atualidade”, capaz de tornar-se promotora de um contato direto com os acontecimentos históricos, deles colhendo motivos de pesquisa e pontos de reflexão. Não é, portanto, casual que, pelo menos “duas” referências de natureza claramente histórica encontrem lugar nas primeiríssimas páginas do livro: de um lado, o onze de setembro e a guerra preventiva americana (p. 9); do outro, o tórrido verão catanês de 2003 (p. 6). Serão, por conseguinte, os acontecimentos históricos e seu valor para a compreensão, tanto da teoria quanto da prática nela e por ela justificada, a darem as diretrizes para a análise da natureza e do desenvolvimento do fenômeno jurídico. Segundo o Autor, realmente não existe nenhuma esfera jurídica fora da história – ou melhor, da atualidade da história – e desta se deve partir, para entender aquela e a práxis nela fundada. Dirimente será, então, a categoria da modernidade: ela é o verdadeiro e adequado ponto de cesura e a imprescindível coordenada histórica para orientar-se na indagação jurídica. Esta linha de pensamento virá, de fato, valer na discussão das relações entre direito e sociedade, a qual constitui o argumento central do texto em questão.

Do que foi dito, resulta de imediato a evidência de como, nesta impostação, será excluída toda visão jusnaturalista: o direito fundamenta historicamente as suas raízes na sociedade, sendo esta última entendida como elemento histórico e mutável no tempo: “o histórico social (...) [é] um específico nível de ser que, através da instituição social, faz existir um mundo histórico como criação originária, como criação ontológica e, não obstante, nem arbitrária, nem incoerente: não arbitrária, porque, embora não sendo um mero decalque da realidade natural (...), consente em organizá-la operacionalmente (...); nem incoerente, já que, embora faltando a garantia de sua realização absoluta, a comunicação humana comporta a racionalidade absoluta (...)” (p. 31). É unicamente a sociedade a verdadeira produtora de significado e de sentido (e, portanto, de direito), enquanto “*forma de ser, que se atribui de cada vez as suas leis*” (p. 33, cursivo do autor).

A determinação do “justo” declinado individualmente, do útil

A recusa da visão abstrata e atemporal, própria do jusnaturalismo, envolve então, também o mito de que seja o indivíduo a fonte última do direito. Tal mito, de fato, quando nos mostra um resultado irremediavelmente niilista, é também ele tentado “pela mesma vocação de negar a historicidade e a temporalidade” (p. 27) dos sistemas jusnaturalistas. O individualismo liberal se encontrará, de fato, promovendo a idéia de que existem “direitos universais” de todo alheios ao devir histórico e atinentes à existência do ser humano enquanto tal, prescindindo de seu relacionamento social. O motor teórico moderno afina, depois, tal idéia e a interpola com aquela do método, de modo a “libertar-se da tradição e ao mesmo tempo, garantir-se a possibilidade de dizer coisas objetivamente” (p. 48). Com método, pretender-se-á aquela técnica operativa auto-referencial, que reconduz o próprio objeto ao método de reconhecimento do mesmo objeto, de modo que: a) contra a tradição, o direito tem a possibilidade, por intermédio do método jurídico, de autoposicionar-se e autodeterminar-se, sem pressupor instâncias a isso externas; e, ao mesmo tempo: b) relativamente ao referido método, é salvaguardada a possibilidade de conduzir asserções de valor objetivo sobre o próprio direito. O preço pago pela estratégia da modernidade é, no entanto, a remoção do verdadeiro fundamento do direito – ou seja, a sociedade – em benefício de um direito hiperurânico e o ocultamento de sua função

originária, isto é, a determinação do “justo”, a favor do justo declinado individualmente e, portanto, do útil. (cf. p. 63).

“Cidadão” e “burguês”. A separação das esferas pública e privada

Conseqüências primárias desta impostação específica da Modernidade são a separação entre “cidadão” e “burguês”, ou seja, a separação das esferas pública e privada, portanto, de política e economia, mas, acima de tudo, uma nova concepção da sociedade, que agora se representa unicamente como “mera sociedade de mercado”, onde operam indivíduos livres e independentes e não obstante, condicionados pela necessidade de um *Estado* que sanciona tais relações” (p. 71). Nesse sentido, o direito resulta como central e constitutivo da experiência social moderna, colocando-se, assim, no coração da modernidade como princípio organizador, através do qual os indivíduos singulares entram em relações recíprocas: sem isso não se daria nenhuma sociedade, mas apenas um coletivo de indivíduos dispersos. A sociedade moderna é uma sociedade jurídica que realiza um milagre, pois une e separa ao mesmo tempo, mantém possível a divisão e a atomização da sociedade individualista e simultaneamente dá o código para a sua unificação (cf. . 70 e ss.).

A aporia entre o princípio da liberdade pessoal e a soberania popular

O milagre brevemente descrito encerra, no entanto, uma série de aporias que conduzem – na opinião do Autor – a época moderna ao seu epílogo atual: fundamental entre todas é a aporia entre o princípio da liberdade pessoal e a soberania popular. A tensão desenvolvida a partir de tal aporia deságua, de um lado, numa reorganização, de todo nova, do sistema democrático (cujo fundamento desliza sobre um plano agora meramente oportunista, ou seja, na capacidade de descarregar as turbulências, produzidas no sistema social, sobre este ou aquele subsistema), reorganização que se pode muito bem ilustrar com um exemplo: “a lógica do sistema é a lógica do vigia urbano; regula o tráfego para evitar o congestionamento, dando por descontado que cada um saiba aonde vai e porque vai. O vigia urbano não se ocupa da direção da marcha (...)” (p. 98).

Niklas Luhmann

Para a análise desta nova situação os aparatos conceituais passados (sobretudo as teorias keinesiana e schmittiana) não constituem mais um instrumento adequado: será a teoria sistêmica de Luhmann¹⁵ que fornecerá, a propósito, a melhor grelha categorial para uma compreensão das funções e das metodologias do sistema social. Tal teoria dá conta das peculiaridades do sistema, a saber: a sua *ratio* imanente (que coincide exclusivamente com o princípio de autoconservação do sistema), a falta de nexos causais, a centralidade de conceitos, como códigos ou comunicação, os pares: ambiente/sistema e sistema/subsistema, e a noção de complexidade.

O individualismo de massa

Ademais, além dos dispositivos teóricos de análise adotados, a aporia acima mencionada é causa de um ulterior estado de coisas, típico dos nossos dias. A tese de Barcellona consiste em reter que, assim como no interior do sistema social, a liberdade não encontra outra fórmula além da indeterminada e vazia de conteúdo, típica dos direitos fundamentais, ou seja, assim

¹⁵ Niklas Luhmann (1927-1998), sociólogo e jurista alemão, é o representante mais importante da Teoria dos Sistemas. É autor de uma vasta obra. Em português citamos os livros Sociologia do Direito I, Editora Tempo Brasileiro, 1983 e Sociologia do Direito II, Editora Tempo Brasileiro, 1985. (Nota do *IHU On-Line*)

com “tudo parece ser abstratamente permitido a todos, [então] já não existe margem para uma determinação do estatuto do indivíduo (...)” (p. 105). Em outras palavras, o individualismo contemporâneo de massa é lido pelo Autor como uma consequência direta do individualismo liberal, que pretendeu e promoveu a liberdade como puro ideal formal e inerente a cada indivíduo enquanto tal. Já não conseguindo mais discriminar pela identificação dos indivíduos, paradoxalmente todos se tornam iguais e a única liberdade concreta concedida (e dirimente para distinguir – mas só quantitativamente! – um indivíduo de outro) é a mera liberdade de aquisição, de consumo, de escolha entre mais objetos a consumir. O individualismo hiperdeterminado de Locke e Hobbes se transformou no individualismo de massa, débil e indeterminado das sociedades hodiernas (cf. p. 105). Além disso, a liberdade provoca a existência de uma duplicação, ou cisão, no indivíduo: de um lado o sujeito jurídico, livre e autônomo; do outro, o mesmo indivíduo reinterpretado como objeto de contradição, como propriedade da qual o sujeito jurídico dispõe. Assim, o indivíduo está presente duas vezes, uma vez como sujeito livre, mas débil e indiferenciado, e de outra como sujeito coisificado, ao qual é concedido ceder a si mesmo e a seus próprios recursos como coisas, o que é obtido por intermédio de um contrato. Nesse sentido, a imagem, elaborada pelo autor, é a instável e poliédrica imagem de uma sociedade na qual tudo está em constante movimento e, no entanto, onde tudo parece incrivelmente firme no tempo e no espaço; a imagem de um sistema complexo, a estender-se além de qualquer confinamento nacional, que visa à própria autoconservação e que não concede nenhuma perspectiva de transformação radical, onde o sujeito perde todo o seu caráter pessoal e permanece à mercê do próprio desejo onívoro.

Filosofia do direito

Para concluir, o trabalho de Pietro Barcellona permite adquirir uma visão de conjunto sobre o estado em que se encontra certo tipo de reflexão sobre a filosofia do direito: o entrelaçamento de argumentações variadas enriquece, além disso, a obra e deixa entrever a natureza catalisadora do direito, em torno de cuja noção convergem e se entrelaçam diferentes disciplinas (sociologia, antropologia, filosofia, economia...). No entanto, é preciso também relevar que as análises do autor se ressentem de um olhar sobre a contemporaneidade (cujos focos prospectivos são individualizáveis na polémica heideggeriana contra a técnica, na crítica social da Escola de Frankfurt, e antes ainda, nas indagações marxistas sobre o capitalismo, ou em algumas teses da *Kulturphilosophie* oitocentista e novecentista), olhar portador – como todo olhar – de parcialidade e arbitrariedade, o qual, no entanto, em alguns momentos, ao meu ver, hipotecam em demasia as conclusões traçadas. Algumas dicotomias, apresentadas como absolutas, poderiam ser revistas, sobretudo em favor dos recentes desenvolvimentos de alguns setores da pesquisa filosófica, não imediatamente (ou não tradicionalmente) conexas com disciplinas como a filosofia do direito. Faço referência às orientações realístico-fenomenológicas e primariamente ontológicas de boa parte da filosofia contemporânea, e da redescoberta – em seu interior – do trabalho de Adolf Reinach (e, em particular, de seu texto *Die apriorischen Grundlagen des bürgerlichen Rechtes* [As bases apriorísticas do direito burguês], in: *Sämtliche Werke, Textkritische Ausgabe in 2 Bänden* [Obras completas, ed. crítica em 2 volumes], ed. de Karl Schuhmann e Barry Smith, editora Philosophia, Munique/Hamden/Viena, 1989, trad. Ital. aos cuidados de Daniela Falcioni, Giuffrè Editori, 1990), e em que algumas das aporias apresentadas por Barcellona, referentes à relação entre direito e sociedade, ou ainda, entre direito positivo e concessões *a priori* do direito são atualizadas numa luz prenhe de desenvolvimentos futuros. O caminho do fenomenólogo alemão se refaz parcialmente pela pandectologia alemã, integrando-a, porém, com as fecundas intuições ontológicas da primeira fenomenologia husserliana e com uma original e volumosa teoria dos atos sociais (que precede

a mais conhecida elaboração de John Austin, mas que, diversamente desta, dá conta da capacidade intencional do ato, isto é, de seu direcionamento para um correlato objetual), justificando assim uma interpretação do direito que invalida a redução à história da esfera jurídica inteira e legitima a tarefa de aventurar-se na correspondente ontologia regional, em si concluída, que regula e sempre tem regulado juridicamente o nosso agir social, embora de modo ainda pré-normativo.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Entrevista da Semana

O DESAFIO DA ESQUERDA: ARTICULAR OS VALORES DEMOCRÁTICOS COM A TRADIÇÃO ESTATISTA-DESENVOLVIMENTISTA

Entrevista com Daniel Aarão Reis Filho

*Por ocasião do Seminário Nacional A Era Vargas em questão, realizado recentemente aqui na Unisinos e promovido pelo IHU e PPG de História, esteve conosco o professor Dr. Daniel Aarão Reis Filho, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Daniel é graduado e mestre em História pela Université de Paris VII, da França, e é doutor em História Social pela USP, tendo sua tese o título As organizações comunistas e a luta de classes no Brasil - 1961-1968. Fez livre docência na UFF e sua monografia intitulou-se A crise dos projetos socialistas contemporâneos - a social-democracia e o socialismo soviético. Daniel Aarão Reis Filho ainda obteve dois pós-doutorados, sendo um pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris, na França, e outro pela Université de Paris VIII, também na França. É autor de **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; e **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. Dando continuidade às duas edições de número 111 e 112, o **IHU On-Line** entrevistou o professor quando da sua passagem pela Unisinos.*

IHU On-Line - A partir de um determinado legado getulista, como é possível a sociedade brasileira avançar, refletindo sobre esse legado?

Daniel Aarão Reis Filho - Em primeiro lugar, em relação ao legado, Getúlio Vargas representa um conjunto de tradições, como o projeto nacional desenvolvimentista, o projeto de afirmar e construir o Brasil. Há muitos que dizem que o Brasil foi inventado a partir de 1930, talvez seja um certo exagero, mas, sem dúvida, a partir de 1930 e, sobretudo durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e mais uma vez depois no governo democrático de Getúlio, houve um investimento muito consistente na construção do estado nacional brasileiro. Foi todo um investimento na defesa da sua autonomia, da sua afirmação. Getúlio tem a ver com essa afirmação nacional do Brasil, que teve múltiplos aspectos. Não foi só o desenvolvimento econômico, mas também a afirmação de uma cultura nacional. Houve todo um investimento no rádio, no teatro, no patrimônio histórico nacional, no mito das três raças. Investiu-se na defesa do estado nacional e na defesa do Brasil como país, na instauração da auto-estima do brasileiro, orgulhoso de sua nacionalidade. Ou seja, as ações vão muito além do desenvolvimento econômico, que também, naturalmente, foi bastante afirmado. As grandes companhias estatais no mundo da economia, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás - duas delas foram recentemente privatizadas -, durante muitos anos foram um símbolo da busca da autonomia desenvolvimentista. Então há essa tradição do desenvolvimento econômico do estado nacional, do Brasil como país. De outro lado, tem-se a

integração dos trabalhadores, como cidadãos, à legislação trabalhista. O símbolo disso é a Consolidação das Leis do Trabalho e, sobretudo no governo de 1950 a 1954, houve um investimento, que começou a partir de 1943, na mobilização e organização dos trabalhadores urbanos. A tradição getulista não alcançou o campo, embora no segundo governo, de 1950 a 1954, Vargas tenha começado a querer integrar a dimensão agrária, com a modificação das relações de trabalho no campo. Mas o peso, a força da tradição, foi mais consubstanciado na legislação trabalhista. Esse também é um aspecto muito importante da tradição varguista. Finalmente menciono, como projeção de tudo isso, o aparecimento do Brasil na cena internacional, com um estilo próprio, tentando dialogar de igual para igual com as grandes potências do momento. Vargas procurou brechas nas rivalidades dessas potências para fazer valer o interesse nacional. Ele também buscou uma dimensão em que o Brasil poderia se situar internacionalmente em uma experiência singular, que pudesse desempenhar algum tipo de liderança naquilo que, depois da Segunda Guerra Mundial, foi se chamar de Terceiro Mundo. Temos aí tradições muito fortes, que têm a ver com a modernização do Brasil.

IHU On-Line - Como a característica autoritária presente no governo Vargas se confronta com o sonho de democracia do povo brasileiro?

Daniel Aarão Reis Filho - Existem aspectos que nem sempre os admiradores de Getúlio gostam de lembrar, mas que é preciso lembrar, que é uma tradição basicamente autoritária. É uma tradição que está associada à ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, onde as oposições foram reprimidas, onde o Estado foi todo poderoso, onde houve censura à imprensa. O Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, que desempenhou, no País, um papel simultaneamente de estímulo e repressão é símbolo disso. Embora Getúlio tenha sido eleito pela maioria do eleitorado em 1950, voltando ao Palácio do Catete nos braços do povo, a verdade é que essa tradição hierárquica, de cima para baixo, de transformações articuladas verticalmente, autoritariamente, é parte muito importante desse legado. O desafio atual da sociedade brasileira, é como lidar com esse legado. É possível, nos dias de hoje, de intensa globalização, de uma, cada vez maior, interdependência entre as economias e os estados, com a construção de megamercados e de comunidades supranacionais, manter aquela perspectiva de estado nacional autárquico e autônomo? É possível, nestes tempos atuais, manter o estado intervencionista? Até que ponto isso é essencial à preservação do País na sua identidade? Isso tudo hoje está sendo discutido. Por outro lado, até que ponto esse estado intervencionista traz com ele o autoritarismo? Não traz com ele, necessariamente, a tentação da ditadura, que é algo do qual a sociedade brasileira parece estar querendo se livrar? Desde os anos 1980, temos, apesar de todas as imperfeições, a construção de um projeto democrático. Pelo menos aparentemente, nenhum partido, nenhuma força política consistente, colocou em questão os valores democráticos que a sociedade brasileira vem tentando construir a partir dos anos 1980. Até que ponto esse legado varguista é compatível com uma sociedade que se aperfeiçoa do ponto de vista democrático?

IHU On-Line - Como o senhor analisa a projeção internacional de Vargas e suas negociações com os Estados Unidos e a Alemanha?

Daniel Aarão Reis Filho - Esse jogo do Estado Novo, essa política de barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista, tem que ser compreendida de vários ângulos. De modo geral, os admiradores da tradição de Getúlio gostam de apresentar apenas o aspecto de um jogo inteiramente ordenado e orientado em função dos interesses nacionais do Brasil, que estaria procurando encontrar uma brecha entre as grandes potências. Desse ponto de vista, o jogo é claramente legitimado pelos admiradores de Vargas. É importante lembrar certos

elementos que são muito importantes para compreender a conjuntura dos anos 1930 e início dos anos 1940, em que os valores liberais estavam profundamente enfraquecidos. Eles vinham sofrendo um processo de enfraquecimento antes da primeira grande guerra. Nesta, com a economia de guerra nas várias potências beligerantes, eles sofreram um recuo. Depois nos anos 1920, esses valores ganharam um novo alento. Em 1929, houve a grande crise introduzida pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque. Isso enfraqueceu de modo fundamental o culto aos valores liberais. Isso aconteceu até nos Estados Unidos e na Inglaterra, que são grandes trincheiras dos valores liberais. Através do *new deal* do presidente Roosevelt, esses valores, de certo modo, foram redefinidos. A conjuntura dos anos 1930 é o contrário da conjuntura em que vivemos hoje. Aquela era uma conjuntura de desprestígio muito acentuada dos valores liberais. Ergue-se, como alternativa aos valores liberais, o corporativismo, que aparece na Europa Central e em vários países do Terceiro Mundo, inclusive aqui no Brasil. Aparece também o fascismo italiano, o nazismo alemão, e, finalmente, a economia planificada soviética, a ponto de certas lideranças intelectuais liberais dos anos 1930 acreditarem que o liberalismo estava destinado à extinção. É preciso repor nesse contexto o governo Vargas dos anos 1930, com o centralismo e a tentação autoritária. Dentro da equipe de Vargas é notório que havia pessoas que admiravam profundamente o sistema militar hierarquizado alemão. É o caso do general Góes Monteiro, que, embora sempre se dizendo antinazista, confessa claramente sua simpatia pelo *establishment* militar, com sua eficiência, ordem, hierarquia e autoridade, elementos centrais do ponto de vista do *establishment* militar alemão. E, além dessa simpatia que havia pelas tradições do exército alemão, pela sua organização, havia elementos dentro do governo Vargas que simpatizavam abertamente com os corporativismos mais autoritários e até mesmo com o fascismo italiano ou com o nazismo alemão. Era o caso, por exemplo, de Filinto Müller e Francisco Campos, um jurista que elaborou a constituição de 1937, copiada do regime corporativista polonês, e que, por isso, recebeu o nome "a polaca". Outros próceres importantes do governo Vargas não escondiam sua simpatia pelos regimes italiano e alemão, não apenas do ponto de vista da sua organização militar, mas da sua organização política. Essa barganha que Vargas opera nos anos 1930, não é apenas um Estado Nacional barganhando entre duas potências. É realmente um Estado Nacional que estava, de certo modo, dilacerado entre uma aliança com os Estados Unidos, não apenas com a potência Estados Unidos, mas com os valores que representavam, e a aliança com o nazi-fascismo, representada não apenas como uma potência econômica, mas como um modelo de valores. Portanto, o legado que essa política externa traz e é, muitas vezes, recuperado, é apenas do estado nacional barganhando entre duas potências. É preciso, no entanto, integrar a essa análise que havia ali não apenas um jogo para ver o que o Brasil podia levar de melhor na barganha entre os Estados Unidos e a Alemanha. Havia também uma dilaceração de preferências por modelos políticos ideológicos. Isso geralmente os admiradores de Vargas não gostam de lembrar, mas é preciso lembrar para se ter uma adequada visão da história.

***IHU On-Line* – O senhor considera que Getúlio Vargas teve inclinações nazi-fascistas?**

Daniel Aarão Reis Filho - Vargas, como personalidade, nunca pareceu ter uma empolgação com o nazismo ou com o fascismo. Ao contrário, sempre teve certas reservas claras. Vargas foi um homem ligado a uma tradição positivista, castilhistas, aqui do Sul do País, que é favorável à ordem, à hierarquia, mas também à justiça social, à integração social. Ele não precisava do fascismo para pensar como o fascismo, pensou a integração dos trabalhadores dentro de uma ordem corporativa. Vargas tinha uma tradição própria brasileira, gaúcha principalmente, que é a do positivismo, que oferece a ele esse quadro de referências que cultivou. Vargas nunca se empolgou com o fascismo brasileiro, assumido a partir dos anos 1930 pela Ação Integralista

Brasileira. Ele se aliou com essa facção, não reprimiu os seus próceres, alguns homens de confiança que tinham simpatias abertas pelo fascismo. Ele estabeleceu alianças com a ação integralista brasileira, sobretudo para eliminar o comunismo, a Aliança Nacional Libertadora. Depois, ele se livrou da Ação Integralista Brasileira em 1938, quando esta, insatisfeita pelo fato de que ele havia dissolvido os partidos políticos, tentou assaltar o poder e inclusive matá-lo. A partir daí, no entanto, apesar de se livrar da Ação Integralista, ele manteve as portas abertas para a aliança com o nazi-fascismo. Manteve também um conjunto de elementos do seu governo que tinham essa simpatia. Só muito mais tarde, já na Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil entra ao lado dos aliados, através da aliança estabelecida com os Estados Unidos, é que essas tradições, essas inclinações para o nazi-fascismo serão um pouco varridas para debaixo do tapete. Procurando resumir: Vargas, como líder, pessoalmente, não parece nunca ter tido nenhum empolgação com o nazi-fascismo, mas conciliou, cultivou e manteve, no seu governo, elementos que tinham essas inclinações, de sorte que sua política externa de barganha, de jogo entre potências, não pode ser vista apenas, insisto nisso, valorizando esse lado da afirmação nacional e de uma sociedade relativamente fraca que tenta, no jogo internacional, barganhar entre dois povos. Isso houve, essa dimensão existiu, mas não se pode esquecer a dimensão política, ideológica, cultural que fazia realmente o governo hesitar entre os valores liberal-democráticos e os valores do corporativismo, do nazismo e do fascismo.

IHU On-Line - Tendo negado o legado trabalhista, o senhor acha que a esquerda brasileira vai conseguir construir uma ponte, unindo o que Vargas deixou de bom às necessidades futuras da nação?

Daniel Aarão Reis Filho - As esquerdas brasileiras, desde os anos 1980, com a redemocratização do País, enfrentam esse grande desafio. Como articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista, com a opção por um desenvolvimento econômico sustentado por um desenvolvimento integrador? Como resgatar essa tradição, articulando-a com os valores democráticos que se tornaram o patrimônio das esquerdas brasileiras a partir dos anos 1980? As esquerdas brasileiras tinham antes dos anos 1980, como todas as forças políticas brasileiras e, sobretudo como as direitas, valores autoritários, onde a democracia era considerada apenas um instrumento para chegar ao poder. As esquerdas brasileiras começam, a partir dos anos 1980, cultivar e elaborar os valores democráticos. O grande desafio é saber se é possível e como fazer para articular essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista com os valores democráticos, presentes em segmentos importantes da sociedade brasileira, sobretudo entre as camadas mais populares, que se mantêm muito ligadas a essa tradição nacional estatista. As pesquisas recentemente realizadas flagram a permanência da popularidade de Getúlio Vargas. Ele e a princesa Isabel, associada ao abolicionismo, são duas figuras na história do Brasil que se mantêm no imaginário popular com muita força. É possível resgatar essa tradição combinando-a com os valores democráticos? Esse é o grande desafio, porque, de modo geral, essa tradição nacional estatista-desenvolvimentista foi associada historicamente no Brasil ao autoritarismo, a formas ditatoriais de controle da sociedade e do pensamento. Como resgatar isso sem esquecer os valores democráticos? Essa é a questão que as esquerdas brasileiras terão diante de si ao longo do século XXI, ou pelo menos nas primeiras décadas do século XXI.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Análise de Conjuntura

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DA REPÚBLICA E DA DEMOCRACIA

Entrevista com Fábio Konder Comparato

*Reproduzimos, a seguir, a entrevista concedida pelo prof. Dr. Fábio Konder Comparato à Agência Carta Maior, no dia 30 de junho de 2004, na qual ele fala sobre a proposta da Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia. Reproduzimos também, logo a seguir, a proposta da Campanha. Recentemente, em entrevista publicada pelo **Jornal do Brasil**, em 30 de agosto de 2004, Fábio Konder Comparato propõe essa Campanha de forma específica. O jurista brasileiro, professor de Direito na USP, levou a sua proposta à OAB e à CNBB. A Campanha visa que o povo brasileiro assuma, de fato, o poder político na condução dos rumos do País. Para isso, ele defende a discussão sobre uma reforma constitucional. "Sem a instauração de um autêntico regime republicano será impossível impedir a supremacia tradicional dos interesses particulares sobre o bem comum do povo ou defender a independência nacional contra o avanço da globalização capitalista. Da mesma forma, sem a instituição de um autêntico regime democrático, com soberania popular efetiva e respeito integral aos Direitos Humanos, não seremos jamais capazes de extinguir o sistema de irresponsabilidade geral dos governantes, que sempre existiu entre nós".*

Carta Maior: De onde surgiu a idéia de fazer essa campanha?

Fábio Konder Comparato: A idéia vem de uma reação à grande decepção que nós todos, que queríamos uma mudança do quadro político com o governo Lula, tivemos. Pessoalmente, a minha preocupação é com o aumento da carga de ceticismo do brasileiro com relação à democracia. Um levantamento de opinião pública, feito periodicamente por um instituto chileno chamado Latino Barômetro, sobre o índice de apoio à democracia nos povos latino-americanos, aponta que nós somos o povo mais cético com relação à democracia, com exceção do último levantamento. Neste, nós fomos ultrapassados pela Guatemala, país que sofreu horrores pela ditadura e pela imposição norte-americana. Então, ao prevalecer esse desencanto pela democracia, estão escancaradas as portas para qualquer tipo de aventura ou, o que é mais provável, a continuação dessa desfaçatez que todos os políticos manifestam no sentido de que *o povo não conta*. Aliás, nunca contou. No país, o povo sempre viveu à margem da política. E eu cheguei a conclusão de que hoje falar em participação popular, democracia participativa e até mesmo esse tipo de orçamento participativo que se pratica é um desvio do verdadeiro rumo. O povo não tem que participar de um poder que pertence aos outros. Ele é o titular do poder. Eu já não falo em participação do povo, mas em soberania do povo. Tudo se passa hoje como se o povo fosse um adolescente que pede licença para dirigir o carro do pai, que cede a licença contanto que fique do lado dando instruções. É exatamente isso que se passa hoje com as tentativas de orçamento participativo. "Bom você pode fingir que governa, mas cuidado, não cometa nenhum desatino". Eu não sei se o público brasileiro sabe, mas seria bom que soubesse, que a Comissão de Participação Popular da Câmara dos Deputados - que foi criada por iniciativa da deputada Luiza Erundina e por ela presidida por um ano e meio - hoje é uma espécie de purgatório, de punição. Quando um deputado se revolta contra a chefia do partido, imediatamente vai para a Comissão de Participação Popular, para cumprir sua pena. Precisamos acabar com isso. Mas não é fácil, porque são 500 anos de incapacidade popular. É por isso que entendo que não podemos ir pela vias oficiais. Embora haja uma iniciativa louvável da deputada Mariângela Duarte (PT/SP), criando a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular, o bloqueio oficial, tradicional, dentro das esferas de poder

faz com que isso não progrida. Nós precisamos desbloquear essa situação dentro da sociedade civil. Por isso eu me dirigi a duas entidades – OAB e CNBB - que tem três características fundamentais para poder levar avante essa campanha. A primeira é o fato de terem grande prestígio popular. Apesar dos pesares, a Igreja Católica é a entidade que goza de maior prestígio no Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também tem grande prestígio pela sua participação em campanhas memoráveis como as *Diretas Já* e o impeachment do ex-presidente, cujo nome eu faço questão de não mencionar mas todos conhecem. A segunda é a presença em todo território nacional. Em todos os rincões do Brasil existe uma paróquia, existe uma subseção da OAB. E o terceiro requisito é que estas entidades já deram mostras, em vários momentos da vida nacional, de que sabem pôr o bem comum, o bem público, acima dos seus interesses corporativos.

Por uma ampla revisão constitucional

CM: Como está sendo a recepção da proposta por essas entidades? Elas já se pronunciaram?

Comparato: O presidente da OAB recebeu esta sugestão com grande entusiasmo e prometeu levá-la à diretoria, para que seja uma decisão da entidade como um todo e não apenas da presidência. E eu recebi, ainda hoje, uma manifestação de apoio do Reginaldo Oscar de Castro, que é ex-presidente federal da OAB. Da CNBB eu ainda não tenho resposta, parece que a idéia foi debatida no seio da Comissão de Justiça e Paz. O fundamental é que o povo entenda que depois de 500 anos é preciso cessar a usurpação de poder. Nós temos uma soberania meramente simbólica do povo, o que nós queremos é uma soberania efetiva. Isso não significa que o povo vai governar. O soberano não governa, ele controla a atuação dos que governam. O que acontece hoje é que os governantes são donos do poder. E acham muito estranho que o povo decida agora retomar o que acha que é dele. Os políticos entendem que já houve, digamos assim, o usucapião. Eles ficaram com a posse do poder durante tantos anos que agora o poder é deles, e de mais ninguém.

CM: E a idéia é que entrem outras entidades na campanha, ou que fique só a OAB e a CNBB mesmo?

Comparato: Se essas entidades aceitarem, elas darão o início na campanha. Mas o ideal é congregar todas aquelas entidades da sociedade civil que trabalham visando ao interesse nacional e ao bem comum do povo, antes de defender os interesses corporativos. Há várias entidades que já agem assim, entre os juizes e representantes do Ministério Público, por exemplo. O que é preciso é iniciar com algumas entidades. Não se pode tentar uma reunião muito ampla no início porque isso torna mais complicada a largada da corrida, digamos assim. Mas, a partir do momento em que isso tudo esteja em andamento, aí será mais fácil admitir novos colaboradores e novas adesões.

CM: Apesar do ceticismo e da falta de participação do povo nas esferas de poder, existem hoje diversos movimentos que agregam os mais variados setores de forma organizada. Qual o senhor acha que deve ser o envolvimento dos movimentos sociais com essa campanha?

Comparato: Eu acho que eles podem e devem participar da campanha, e já disse isso a eles. O fato de abrir um movimento de âmbito nacional visando a reforma política não significa que cada movimento social vai deixar de trabalhar na sua área, mas que eles vão ter um alento, uma ajuda extraordinária, se for desbloqueado o horizonte nacional. O que acontece hoje é que cada um desses movimentos sociais dirige as suas reivindicações ao Poder Executivo - que é o

único Poder realmente forte no Brasil - e aí termina o movimento. É preciso que se entenda que o Poder Executivo não é soberano e que é preciso criar instâncias que dêem instrumentos de ação jurídica ao povo para controlar a ação dos governantes. Controlar as políticas públicas; fixar as grandes diretrizes das políticas nacionais; responsabilizar os agentes públicos; destituir os chefes de Poder Executivo, mesmo no curso do mandato, por sufrágio popular; dissolver Câmaras Legislativas quando elas manifestamente trabalharem contra o bem público e procurarem apenas o interesse particular dos seus integrantes. Isso tudo vai dar ao movimento social uma força extra, com a qual certamente eles não contavam. Toda a nossa política até agora no campo social é feita dessa maneira, ou seja, cada movimento defende o seu setor, a sua categoria, fazendo reivindicações junto ao Poder Executivo. Isto é uma perspectiva muito limitada, que, está provado, não muda o essencial.

CM: O senhor fala em defesa da democracia e da República. Existe uma proposta concreta do que pode ser feito nesse sentido e como? Por exemplo, o documento fala em uma ampla revisão constitucional. Como seriam feitas as mudanças? O senhor pensa em uma nova constituinte, por exemplo?

Comparato: No documento eu apresentei uma proposta completa, com propostas do que deve ser mudado. Quanto à maneira de resolver, isso tem que ser discutido em meio ao combate já iniciado. O que é preciso é pôr essa iniciativa em andamento. É claro que uma reforma constitucional não é feita da noite para o dia e ela precisa de um grande amadurecimento. Mas o fundamental é que ela comece a ser debatida. Isso já vai começando a dar ao povo a dimensão do engano em que ele é mantido, propositalmente, pelos donos do poder.

CM: O documento fala em secretariado nacional. Como ele funcionaria?

Comparato: As entidades a que eu me dirigi, e eventualmente outras que queiram participar, formarão uma espécie de comissão que vai se reunir periodicamente para fazer um balanço, uma análise de conjuntura, como é feito em várias entidades. A partir daí, vão fazer a oportuna denúncia dos atos de violação do princípio republicano e do princípio democrático. Por exemplo, em um passado não muito distante nós tivemos a liquidação criminoso de bens de inestimável valor estratégico por meio da malfadada privatização. Se nós já tivéssemos, naquela época, um secretariado nacional capaz de denunciar e começar a pôr em prática algumas medidas contra essa política, isso pelo menos não teria corrido com a facilidade com que ocorreu. Existe, em todo o Brasil, uma queixa generalizada contra os serviços públicos. São caros e de prestação deficiente, de um modo geral. O que acontece é que as pessoas não sabem a quem se queixar. Antigamente se dizia "vai se queixar ao bispo". Hoje talvez seja o caso de retornar a isso e fazer com que os representantes dessas entidades possam funcionar, ainda que não oficialmente, como verdadeiras ouvidorias em todo território nacional. Elas receberiam as queixas da população sobre o mau funcionamento dos serviços públicos e, a partir daí, pensariam em medidas concretas para por cobro a esses abusos.

CM: E quais são suas perspectivas com relação à campanha?

Comparato: Eu costumo dizer que levei muito tempo para começar a me enxergar. Eu sei perfeitamente das minhas limitações, dos meus defeitos e das minhas incapacidades. E, como dizia um sábio inglês, George Bernard Shaw, "quem sabe, faz, quem não sabe, ensina". Eu estou nessa segunda categoria, mas espero que aqueles que sabem fazer tomem essa idéia em mãos e levem adiante.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA DO DESCALABRO

A íntegra da proposta

Segue a íntegra da proposta da Campanha Nacional em Defesa da República e da Democracia, apresentada pelo jurista Fábio Konder Comparato ao presidente nacional da OAB, Roberto Busato e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Objetivos

1. Defesa da República: Impedir a subordinação do bem comum do povo ao interesse particular, bem como a subserviência da nação ao interesse estrangeiro.
2. Defesa da democracia: Instituir uma soberania popular efetiva e não meramente simbólica.

Principais meios de atuação

Quanto ao objetivo republicano:

1. Criar um secretariado nacional de acompanhamento da vida pública, para denunciar prontamente as violações do bem comum do povo e do interesse nacional, por parte dos poderes públicos da União.
2. Instituir ouvidorias no plano local (Estados e Municípios), para acolher denúncias do povo contra o mau funcionamento dos serviços públicos.
3. Rever a legislação concernente aos meios de comunicação de massa, de modo a evitar que eles sejam utilizados para a defesa de interesses particulares contra o bem comum do povo ou a independência nacional. Em especial, propugnar a criação do chamado "direito de antena" do povo no rádio e na televisão; a imposição a todas as emissoras de rádio e televisão, com base no disposto no art. 221, I, da Constituição Federal, de uma programação diária mínima com conteúdo educativo, cultural, artístico e jornalístico; bem como a ampliação do âmbito de operação das rádios comunitárias.

Quanto ao objetivo democrático:

A - Defender uma ampla revisão constitucional, objetivando:

1. Submeter toda e qualquer emenda constitucional ao referendo popular.
2. Suprimir da competência exclusiva do Congresso Nacional o poder de autorizar referendo e convocar plebiscito (art. 49, XV, da Constituição Federal). A convocação de referendo ou plebiscito, nas três esferas da Federação, deveria ser feita pela Justiça Eleitoral, mediante iniciativa popular, ou de parlamentares que representem a maioria absoluta da respectiva Casa Legislativa.
3. Precisar que as leis oriundas de iniciativa popular somente poderão ser alteradas ou revogadas mediante iniciativa popular.
4. Tornar obrigatória a participação popular na elaboração do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias, na União e nos Estados. Nos Municípios e no Distrito Federal, essa participação ativa do povo deveria estender-se também ao orçamento anual.
5. Instituir o poder de destituição pelo voto popular de Chefes do Poder Executivo, bem como o poder de dissolução de Câmaras Legislativas, na segunda metade do mandato ou da legislatura, mediante iniciativa popular.

B - Propugnar mudanças legislativas para:

1. Dar legitimidade a associações civis e a fundações na propositura de ações populares civis bem como legitimidade a qualquer do povo na propositura de ações de improbidade administrativa, revogando-se a Lei 10.628, de 2002, a qual estendeu o privilégio de foro aos réus em tais ações.
2. Criar a ação popular penal contra quaisquer agentes públicos, por crimes contra a Administração Pública e a Administração da Justiça.

Justificativa

A República e a democracia sempre foram realidades estranhas à vida nacional.

Já na primeira metade do século XVII, Frei Vicente do Salvador pôde testemunhar o pouco caso que os colonizadores aqui demonstravam pelo bem comum do povo e a prosperidade do país. Os povoadores, disse ele, "por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída". Daí sua inferência: "Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular". Ilustrou esse asserto com o episódio de um bispo dominicano, que passou algum tempo entre nós. Toda vez que mandava alguém à cidade para comprar mantimentos, o enviado voltava de mãos abanando. Mas, assim que recorria para tanto a alguma casa particular, seus desejos eram pronta e fartamente satisfeitos. O que levou dito bispo a concluir: "verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa" (*História do Brasil*, Livro Primeiro, Capítulo Segundo).

Inútil acrescentar que essa mentalidade doméstica e privatista continua a reinar no País e a alimentar coronelismos, caciquismos e privatismos de toda sorte. Os bens públicos consideram-se livremente apropriáveis pelo que primeiro deles se apossa; disto, a longa história de grilagem de terras devolutas é apenas um exemplo. Quanto aos serviços públicos, o seu funcionamento em proveito da coletividade sempre foi a última das preocupações dos nossos governantes, de ontem e de hoje ("O que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas", denunciou o mesmo Frei Vicente do Salvador, "é uma piedade"). Hoje, na verdade, o bom funcionamento dos serviços públicos não consiste em fazer com que eles sirvam ao povo, a quem na realidade pertencem ("*res publica, res populi*", advertiam os romanos), mas, sim, em que eles onerem o mínimo possível as finanças do Estado, organizadas prioritariamente para atender o pontual pagamento dos juros de empréstimos aos capitalistas, nacionais e estrangeiros. Para concluir este triste assunto, é de se lembrar que a ideologia do liberal-capitalismo, largamente difundida nos anos 90, do século passado, patrocinou a liquidação mercantil de grandes empresas estatais, que faziam parte do patrimônio nacional e tinham importância estratégica na política de supremacia do bem comum do povo e de independência nacional. Elas foram entregues, na maioria dos casos, a grupos multinacionais.

Quanto à prática democrática, é bem conhecido o juízo desconsolado que dela fez Sérgio Buarque de Holanda: "A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar a situação tradicional, ao

menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos" (*Raízes do Brasil*, Capítulo VI).

Quando essas linhas foram escritas, na década de 30 do século XX, o país ainda não havia conhecido a substituição completa da "aristocracia rural e semifeudal" pela burguesia industrial como classe dominante. Depois disso, o empresariado industrial e o grupo ascendente dos banqueiros mostraram sobejamente que a soberania popular, a independência nacional e a proteção dos Direitos Humanos, mormente os de natureza econômica e social, representam, para as chamadas elites, meras figuras de retórica constitucional, a serem prontamente afastadas, quando põem em risco a realidade do governo oligárquico.

Ora, sem a instauração de um autêntico regime republicano, será impossível impedir a supremacia tradicional dos interesses particulares sobre o bem comum do povo, ou defender a independência nacional contra o avanço da globalização capitalista. Da mesma forma, sem a instituição de um autêntico regime democrático, com soberania popular efetiva e respeito integral aos Direitos Humanos, não seremos jamais capazes de extinguir o sistema de irresponsabilidade geral dos governantes, que sempre existiu entre nós.

Em suma, o pressuposto para a solução dos grandes problemas econômicos e sociais do país tem natureza política: e a refundação do Estado brasileiro, com base nos princípios cardeais da República e da democracia.

São Paulo, 28 de junho de 2004.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Deu nos jornais

ONGs se sentem usadas no PPA

O não cumprimento, por parte do Governo Lula, de acordos firmados com organizações da sociedade civil para efetivar sua participação no processo de construção e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 levou a Inter-redes (mobilização de 16 fóruns e redes da sociedade civil) e a Associação Brasileira de ONGs (Abong) a divulgar um documento em que comunicam seu afastamento do processo de diálogo sobre o PPA. Essa ruptura pode se aprofundar, caso o governo não se disponha a rever algumas decisões consideradas arbitrárias e pouco democráticas. Isso pode significar que, se os diálogos não forem retomados de forma satisfatória, mais uma das propostas de campanha de Lula estará fadada ao naufrágio. A notícia foi publicada pela **Agência Carta Maior**, 27-8-04. Segundo a Agência, ainda durante a campanha eleitoral, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva procurou a Abong com uma proposta inovadora de parceria entre a sociedade civil e seu governo, caso ele fosse eleito. A idéia era abrir canais de diálogo e participação das ONGs e redes sociais em processos decisórios de peso, principalmente o PPA 2004-2007 - que, eleito Lula, recebeu o sobrenome de "um Brasil para Todos e Todas" -, radicalizando, assim, o conceito de democracia participativa. A partir desta proposta, assumida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a Inter-Redes articulou a participação de organizações da sociedade civil nas consultas do PPA em todos os estados brasileiros. Segundo as entidades, na esperança de

“que essa parceria do momento inicial de debate se efetivasse no acompanhamento do PPA (...) para que a sociedade civil organizada (...) pudesse participar do monitoramento da implementação do PPA e dos processos de revisão anual, assim como da elaboração e controle da aplicação dos instrumentos dos orçamentos anuais (Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)”.

Rompimento ou só um tempo?

Segundo o documento divulgado no dia 25 de agosto de 2004, “após os debates em todos os Estados e o envio do Projeto de Lei do PPA ao Legislativo, diversas organizações e redes que compõem a Abong e a Inter-Redes acompanharam a tramitação do PPA no Congresso Nacional e constataram que o rico processo participativo de consulta realizado com a sociedade civil não foi sequer tema de debate. O que monopolizou a atenção dos parlamentares e da mídia foi a insistência do governo e da base governista no Congresso, em manter a todo custo o compromisso de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto durante os quatro anos do PPA”. Segundo o diretor de relações internacionais da Abong, Sergio Haddad, o que aconteceu concretamente é que as organizações resolveram cobrar uma repactuação com o governo. “Queremos negociar o que interessa e não ficar só na conversa. Vemos uma retomada do crescimento econômico do país, mas não há um projeto claro de desenvolvimento. Não adianta crescimento sem sustentabilidade e distribuição de renda. Para nós, foi bom participar das consultas do PPA nos Estados, porque pudemos entender profundamente como ele funciona, mas temos especialistas capazes de contribuir tecnicamente no debate, principalmente no que tange os grandes projetos infraestruturais na Amazônia, por exemplo”. Apesar de evitar falar em ruptura, os representantes das organizações do Inter-Redes esperam agora que o movimento de diálogo parta do Governo. “No momento, estamos sem interlocutor na Presidência. Se o diálogo não for restabelecido, continuaremos o trabalho de base, eventualmente até no sentido de buscar a substituição de lideranças políticas incapazes de atender nossas demandas. Esperamos que o governo não perca a chance de repactuar com os setores que alicerçaram a sua eleição”, diz Abdala.

Ambientalistas desconfiam de acordo do Governo com o Bird

Anunciado com pompa e circunstância pelos ministros Antonio Palocci (Fazenda) e Marina Silva (Meio Ambiente) e apresentado como um grande incentivo para a concretização dos projetos ambientais levados a cabo pelo governo federal, o acordo com o Banco Mundial que prevê a liberação imediata de US\$ 505 milhões para o Tesouro Nacional foi recebido com ressalvas por parlamentares e representantes de algumas das principais entidades de defesa do meio ambiente no Brasil. Mesmo reconhecendo que a simples inclusão de metas ambientais em um acordo com o banco já representa um avanço considerável, ativistas e deputados temem que, no fim das contas, o dinheiro emprestado acabe por ser utilizado preferencialmente em outras áreas. A notícia é da **Agência Carta Maior**, 27-8-04. O que preocupa os ambientalistas é a maneira indireta como se deu o acordo com o Banco Mundial. Ao invés de prever a utilização obrigatória dos recursos nos doze projetos ambientais do governo já aprovados pelo Orçamento da União, o acordo prevê que os US\$ 505 milhões sejam direcionados ao Tesouro Nacional, para efeito de equilíbrio fiscal nas contas do País. O empenho do governo de que um montante equivalente será aplicado no meio ambiente é expresso somente por um compromisso assumido por sete ministérios (Fazenda, Meio Ambiente, Minas e Energia, Cidades, Integração Nacional, Desenvolvimento Agrário e Turismo). Para os ambientalistas ouvidos pela **Agência Carta Maior**, isso ainda é pouco. “Esse empréstimo se baseia no resgate de títulos da dívida externa brasileira, o que não garante de

forma nenhuma que seja utilizado na área ambiental”, avalia Adriana Ramos, responsável pelo acompanhamento de políticas públicas no Instituto Socioambiental (ISA). A preocupação é compartilhada com Fábio Abdala, membro da coordenação da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico): “Os recursos, na verdade, são para garantir programas que já estão sendo realizados pelo governo e já constam do Orçamento, por isso é evidente que o governo vai ter que fazer alguma coisa, até mesmo para legitimar o empréstimo. Agora, o risco de que esses recursos sejam destinados a outras prioridades e não acarretem tantas mudanças positivas lá na ponta do processo é grande”, afirma.

Um grande teatro?

Um ambientalista mais pessimista, que pediu para não ser identificado e “passar por agourento”, aposta que tudo não passa de teatro: “É um caso clássico de empréstimo para ajuste estrutural e remanejamento de dívida. O Palocci já sabe que vai mesmo é utilizar todos os recursos em outra área”, diz. Mais cauteloso, Pedro Aranha, que é coordenador da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) no Rio de Janeiro, acredita que o destino real dos recursos ainda não está definido: “Todo mundo sabe que, no primeiro escalão do governo Lula, existem visões contraditórias quanto aos rumos da política ambiental. Acredito que o Ministério do Meio Ambiente vai fazer de tudo para que os recursos sejam aplicados onde foram prometidos”, afirma.

As “ilusões da esquerda”

“Guru de grupos de esquerda que pregam o fim da política e a emancipação do trabalho, o sociólogo alemão Robert Kurz afirmou, em palestra na Bienal do Livro, em Fortaleza, que a esquerda tradicional e seus partidos - como o PT, no caso do Brasil - têm medo e não conseguem encarar a crise da contemporaneidade”, noticiou a **Folha de S. Paulo**, 31-8-04. Na análise de Kurz, “tais partidos preferem difundir, de forma enganosa, que será possível uma retomada do desenvolvimento e o reinício de um acúmulo de produção. Para ele, isso não acontecerá mais”.

A sociedade fetichista

Kurz, em suas análises se inspira nas teses de Karl Marx e segundo a matéria, “faz uma crítica radical ao que chama de sociedade fetichista, em que categorias como trabalho abstrato, política, democracia, mercado e nação, que servem de base de sustentação ao capitalismo, se convertem em noções tidas como naturais, como fenômenos intrínsecos ao próprio existir do homem”. Para Kurz, “todas essas categorias não passam de construções da sociedade liberal e já estão caindo por terra, uma a uma, com a atual crise do capitalismo, que atravessa sua terceira Revolução Industrial, fenômeno causado pela ascensão da microinformática, que provocou um desemprego crescente: um grande volume de pessoas passou a ser tido como supérfluo e não há perspectiva de um novo acúmulo de produção, num processo irreversível”.

Os Movimentos Sociais

Sobre os Movimentos Sociais, Kurz disse que “é necessária uma solidariedade mundial entre os movimentos, mas essa solidariedade deve ser crítica, para que não fiquem apenas na tentativa de recuperar o trabalho por meio da política”. Kurz conclama a todos os intelectuais para um envolvimento, pois, segundo ele “em todo o mundo, é preciso iniciar um longo debate sobre os caminhos a serem criados para substituir as atuais categorias do capitalismo” e diz ainda que “A crise por si só não vai criar essas mediações novas. Precisamos encarar isso, e não são apenas palavras de ordem que vão criar esse novo caminho”. Para Kurz, “a mudança

não acontecerá de forma individual: a crise é global e a única saída será uma mobilização mundial”.

A clonagem terapêutica

Cientistas de sessenta e sete países estão se mobilizando em decorrência da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, que vai se realizar em outubro, “pedindo aos seus respectivos governos que apoiem, na ONU, a proibição da clonagem reprodutiva e a autorização da clonagem terapêutica”, anunciou o jornal **El País**, 31-8-04. Os cientistas estão preocupados com a discussão do tema que será examinado pela ONU, no sexto Comitê aonde vai se “retomar a elaboração de um tratado internacional que deve regularizar a clonagem”. Para esses sessenta e sete cientistas, que defendem a clonagem para fins terapêuticos, é necessário uma política que normatize a pesquisa nesta área. Os cientistas defendem que “a clonagem para fins reprodutivos seja proibida em todo mundo e que cada país estabeleça uma política sobre clonagem humana com fins de pesquisa ou terapia”.

Lei de Responsabilidade Social

O Fórum Brasil do Orçamento (FBO) iniciou, no dia 30 de agosto, o planejamento da campanha nacional pela Lei de Responsabilidade Social, que será lançada em janeiro no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre. O objetivo da campanha é mobilizar a sociedade civil para cobrar do governo mudanças nas prioridades orçamentárias do País - o que as 33 entidades que integram o FBO estão chamando de “ajuste social”, em contraponto ao “ajuste fiscal” da política econômica de manutenção de superávits primários elevados para abater a dívida pública. A notícia foi publicada pela **Agência Carta Maior**, 31-8-04. A Lei de Responsabilidade Social conteria indicadores sociais mínimos para serem alcançados a partir da definição de prioridades estabelecidas nos orçamentos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Nela também estaria previsto um Sistema de Monitoramento e Avaliação Social participativo para permitir o acompanhamento da execução das políticas sociais. Essa é uma idéia do prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia (PFL), apropriada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), quando era deputado da oposição. Foi lançada nos debates pré-eleitorais e ficou completamente esquecida depois que o PT chegou ao poder central. Um dos maiores desafios da articulação em prol do ajuste social é traduzir a contabilidade do governo federal para uma linguagem simples e compreensível. Mostrar de onde vem e para onde vai o dinheiro arrecadado do povo, desmistificando os meandros do Orçamento Geral da União para deixar claro que existem recursos suficientes para expandir os programas sociais, mas a opção política do governo é dar prioridade ao ajuste fiscal receitado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

“Tranca. Tranca e, se possível, mata!”

“O que o povo quer em relação à criminalidade? Redução da maioria penal, pena de morte. O juiz é um reflexo dessa sociedade. Ele se sente compelido a dar uma resposta. Essa sociedade é egoísta e hedonista. Não quer sofrimento, não quer preocupação. Então, qual é a solução? Tranca. Tranca e, se possível, mata. Por que ninguém se comove com as dezenas de cadáveres no IML? Porque de certa forma achamos que é uma faxina social”. A afirmação é do juiz José Renato Nalini que preside o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. A resposta do juiz, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, 1-9-04, é uma manifestação do que ele considera um conservadorismo do judiciário criminal, que é reprodução do que pensa a sociedade. Diz ele: “Você não pode esquecer que a formação jurídica é a mais conservadora entre aquelas confiadas à universidade. E o Judiciário recruta seus integrantes entre os egressos dessa

faculdade. Então, não espere que o juiz seja criativo, inovador e que venha para balançar as estruturas. O juiz é um mantenedor do *status quo*".

[\(Voltar ao índice\)](#)

Frases da semana

Lei de Responsabilidade... social!

"É falso esse discurso moralista de que o governo só deve gastar o que tem. Está pagando juros com o que não tem". - **Gilda Cabral**, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e secretária-executiva do Fórum do Brasil do Orçamento - **Agência Carta Maior**, 31-8-04.

"O primeiro passo é o controle de capitais. Essa é a base para o governo fazer qualquer mudança na política econômica". - **Rodrigo Ávila**, da Unafisco e da Campanha pela Auditoria Cidadã da Dívida - **Agência Carta Maior**, 31-8-04.

"Agora, queremos negociar o que interessa e não ficar só na conversa. Vemos uma retomada do crescimento econômico do país, mas não há um projeto de desenvolvimento. Não adianta crescimento sem sustentabilidade e distribuição de renda". - **Sergio Haddad**, diretor de relações internacionais da Abong - **Jornal do Brasil**, 1-9-04.

Governo e sociedade. A ruptura.

"Os sandinistas souberam entender os pobres desde a luta, mas não desde o poder. Rompeu-se, assim, o fio entre o Governo e a sociedade". - **Sérgio Ramírez**, escritor nicaraguense, vice-presidente do governo sandinista citado por Carlos Fuentes, escritor mexicano - **El País**, 1-9-04.

Propriedade intelectual coletiva

"Nós reivindicamos o direito de recusar a partilha dos nossos recursos e dos nossos saberes tradicionais". - **Daniel Munduruku**, presidente do Instituto indígena brasileiro pela propriedade intelectual - **Libération**, 1-9-04.

"Nós queremos um regime jurídico especial que reconheça a propriedade intelectual das comunidades indígenas sobre os seus conhecimentos. Um tal regime instituiria a noção nova de direitos autorais coletivos, que beneficiaria toda a comunidade, já que estes saberes não são possuídos por uma única pessoa. Este regime deveria ser adotado pelo Brasil mas também nas sociedades internacionais de propriedade intelectual". - **Daniel Munduruku**, presidente do Instituto indígena brasileiro pela propriedade intelectual - **Libération**, 1-9-04.

Fomos irresponsáveis!

"Nós fomos irresponsáveis quando oposição. No governo Fernando Henrique fomos contra coisas que se voltaram contra nós, agora como governo. Os papéis se inverteram" - **Jair Meneguelli**, presidente do Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria (Sesi) e ex-presidente da CUT - **O Estado S. Paulo**, 2-9-04.

"Uma coisa é pretender e ter objetivo para fazer. Outra coisa é poder fazer. Quando falávamos de salário mínimo de US\$ 100, o governo FHC dizia que a economia não suportava e a Previdência estourava. Nós, na oposição, dizíamos que podia aumentar e que não era verdade"

esse discurso. Mas nós não tínhamos elementos concretos para afirmar” – **Jair Meneguelli**, presidente do Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria (Sesi) e ex-presidente da CUT – **O Estado S. Paulo**, 2-9-04.

O legado cultural da Era Vargas

“Não é verdade que as escolas de samba tenham obrigatoriamente enredos nacionais devido ao Estado Novo. Essa decisão é de 1934, tomada pelas agremiações para se diferenciarem dos ranchos, então mais populares” – **Sérgio Cabral**, pesquisador da música popular brasileira – O Estado de S. Paulo, 5-9-04.

“Não é verdade que Ary Barroso compôs *Aquarela do Brasil* para louvar o governo ou Getúlio. Pelo contrário, ele quis fazer um samba orquestral e teve problemas como DIP por causa do verso ‘Brasil, terra de samba e pandeiro’. O samba era o ritmo nacional, mas o trabalho é que devia ser louvado” - **Sérgio Cabral**, pesquisador da música popular brasileira – O Estado de S. Paulo, 5-9-04.

Obs. As editorias *Deu nos Jornais* e *Frases da Semana* sintetizam a atualização diária da página www.ihu.unisinos.br. Esta atualização é feita diariamente em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT.

[\(Voltar ao índice\)](#)

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

IHU Idéias

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O Prof. MS José Fernando Dresh Kronbauer, do curso de Administração Hospitalar da Unidade de Ciências Econômicas e Administrativas da Unisinos, foi o responsável pela última edição do evento semanal gratuito **IHU Idéias**, no dia 2 de setembro. O tema por ele desenvolvido foi Violência de gênero. A palestra baseou-se na sua dissertação de mestrado em Saúde Coletiva na Unisinos, que apresentou uma pesquisa sobre a violência perpetrada contra as mulheres na região do Campo da Tuca, localizada no Bairro Partenon, em Porto Alegre. Os resultados da pesquisa provocaram o envolvimento do professor José Fernando com a causa do combate à violência. "Isso agora é minha bandeira de luta, de vida, de trabalho", confessou ao público presente.

O professor José Fernando falou sobre este tema em entrevista ao **IHU On-Line** na 113ª edição, de 30 de agosto de 2004.

Ecoss do evento

"Estou bastante envolvida nessa pesquisa. Confesso que eu esperava que os resultados não trariam nada de novo, mas encontramos dados importantes e surpreendentes. Agora é o

momento de partir para a ação com base nos dados obtidos. É interessante observar o quanto o Fernando ficou motivado pelo assunto para a sua prática profissional".

Prof.^a Dr.^a Stela Meneghel, professora na Unidade de Ciências da Saúde da Unisinos e orientadora do professor José Fernando em sua dissertação de mestrado.

"Achei fantástica a forma de o professor abordar um assunto tão importante, com o qual todo mundo sofre ou por ele é atravessado. Se conseguirmos trabalhar a capacitação de profissionais e lutar por uma conscientização da população, com certeza, acabariamos com muitos outros problemas acarretados pela violência de gênero".

Clarissa Sant'Anna, aluna de Psicologia da Unisinos.

TELEVISÃO E REALITY SHOWS

As estratégias de sedução das audiências televisivas nos programas conhecidos como Reality Shows é a pauta do próximo encontro IHU Idéias, a ser realizado dia 9 de setembro, quinta-feira. A explanação sobre o tema está a cargo da Prof.^a Dr.^a Cosette Espindola de Castro, professora na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos. Graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas, Cosette é mestre em Comunicação pela PUCRS, com a dissertação Tropeçando no Espelho - um estudo sobre a Comunicação Sindical, e doutora em Jornalismo e Comunicação pela Universidad Autonoma de Barcelona (U.A.B.), na Espanha, tendo sua tese o título Marcas Multiculturales en Gran Hermano - los casos de España y Portugal. Confira, a seguir, a entrevista concedida pela professora ao IHU On-Line, por e-mail, na última semana.

IHU On-Line- Por que a explosão nos últimos anos e o sucesso de audiência dos reality shows? A que razões a pesquisa pode atribuir esse sucesso de audiência?

Cosette Castro- Não se pode falar em apenas um motivo para o sucesso de audiência, mas vários. Gostaria de salientar que os reality shows fazem sucesso desde os anos 1970 e que a TV pública europeia já utilizava esse formato para conquistar as audiências, assim como a TV norte-americana (aliás, os reality shows surgiram lá). A diferença era o tipo de reality show. Hoje eles são híbridos, misturam vários formatos. No caso de Big Brother, por exemplo, é um programa que mistura telenovela (é seqüencial; tem "capítulos"; o público "sabe" de segredos que os participantes não conhecem; e tenta ter final feliz, com formação de casais); jornalismo, através de entrevistas aos participantes e seus familiares e conhecidos; documentários (através da reconstrução da vida dos participantes, das cidades que vivem, etc.) e programas de auditório (talk shows). Ou seja, essa mistura dá origem a um programa "novo", mas que já existe na memória das audiências. Trata-se de formatos já conhecidos. São programas amplamente divulgados na mídia e no próprio canal de TV pelo qual é transmitido, alimentando o imaginário das audiências. Esses programas mostram relações humanas, como o amor, o ódio, a amizade, o ciúme, a inveja, a solidariedade ou a disputa. E esses sentimentos, independente de cultura, língua, nível social e econômico, religião ou idade, se repetem em todos os países.

IHU On-Line- Quais as principais semelhanças e diferenças entre os reality shows analisados nos três países? A que conclusões podem levar essas constatações?

Cosette Castro- É preciso levar em consideração que eu analisei apenas um tipo de reality show, Big Brother, embora tenha visto e lido sobre outros para entender o processo de produção e recepção desses formatos. Eles são globalizados e se localizam de acordo com a realidade, a cultura de cada país. O que cada país compra é o roteiro, o modo de montar o programa e a tecnologia utilizada. E também todo o pacote de produtos que ajudam a vender muito e a render lucro (além de roupas, uso de celular para mandar mensagens, telefonemas

para votar, filmes, fitas VHS, jogos, etc.). Uma das conclusões é que diferente do que dizem muitos teóricos, as pessoas assistem reality shows, independente do nível cultural e socioeconômico. O que ocorre é que, muitas vezes, juram que não vêem e, quando as entrevistamos, elas sabem vários detalhes sobre o que se passa. O fenômeno social gerado por esse tipo de programa que mobilizou diferentes audiências ultrapassa a pobreza ou riqueza de cada país. Na Inglaterra, França, Alemanha, Dinamarca ou Bélgica, países do primeiro mundo, as pessoas vêem reality shows e os índices de audiência são super-altos. A diferença é que, além dos reality shows, elas lêem jornais, usam internet, vão ao cinema e ao teatro. Aqui, no Uruguai ou na Argentina, as pessoas também assistem reality shows, mas há mais pobreza, mais problemas sociais. Com relação ao Brasil, a situação é mais grave, porque temos uma cultura audiovisual diferente da dos outros países, onde a cultura vem dos livros, dos jornais, das revistas. No Brasil, a TV é a principal porta de informação, de conexão das pessoas com o mundo.

IHU On-Line- No Brasil, os "tradicionais" reality shows, como Big Brother Brasil e Casa dos Artistas continuam sendo editados e surgem novos reality shows seja em quadros de programas, em outras emissoras, etc. Qual é a perspectiva desse tipo de programa e em que aspectos acontece sua sedução?

Cosette Castro- Como eles falam das emoções humanas, das relações interpessoais. Creio que sempre vão ter espaço e despertar a curiosidade das pessoas. Algumas vezes, mais quando são programas inéditos, outras, em menor nível, no caso de algumas repetições, como Casa dos Artistas. Além disso, esses programas colocam à mostra como o ser humano é curioso. Nem sempre em um sentido negativo, de espiar a vida do outro, mas também aquela curiosidade que move as pessoas para saberem se os outros são iguais ou diferentes, se têm as mesmas reações, os mesmos sentimentos, sejam nobres ou pequenos. Além disso, eles precisam ter credibilidade. Se o público nota que está sendo enganado, ele se sente traído e deixa de ver o programa.

IHU On-Line- A televisão é, no Brasil, o veículo que atinge maior população. Que aspectos podem ser elencados como os mais interessantes da TV brasileira e que mudanças poderiam ser apontadas?

Cosette Castro- A TV privada brasileira é considerada a quarta TV no mundo. Tem ótimos programas e um padrão de qualidade invejável em vários níveis. E, nesse sentido, serve de modelo para TVs públicas e universitárias. Por outro lado, nas TVs educativas ainda há um "ranço" sobre o que é fazer TV e muito pouco dinheiro para colocar os projetos em prática. Há muita seriedade, pouco prazer. A exceção são programas como Castelo Ra-tim-bum e Roda Viva. Embora o Castelo Ra-tim-bum tenha ganhado vários prêmios, atualmente está sendo repetido e alguns episódios já estão ultrapassados. No que diz respeito às TVs universitárias, elas ainda estão tentando encontrar seu espaço porque são muito jovens. A TV Unisinos, por exemplo, tem apenas um ano em sistema aberto e canal a cabo. Estão tentando encontrar uma linguagem que não seja igual às TVs comerciais ou educativas. E isso é difícil, porque somos ensinados na universidade a seguir modelos de telejornalismo e programas de entrevistas que estão aí. A questão é como sair disso e criar formatos novos com conteúdos que valham a pena. Eu não creio que seja necessário cercear programas. Temos, sim, que oferecer diferentes alternativas para as audiências e dar possibilidade de escolha. Também temos de parar de falar em nome das audiências, uma mania que os pesquisadores e intelectuais costumam a perder, porque gostam de falar sobre "qualidade televisiva", mas esquecem de pensar que essa qualidade é observada de um ponto de vista que não é, necessariamente, o da alta

cultura, mas o das classes populares. É preciso ir até as audiências e escutar o que elas têm a dizer.

IHU On-Line- Por que os reality shows devem ser estudados no campo acadêmico e científico?

Cosette Castro- Porque são fenômenos sociais que mobilizam e seduzem as audiências. Nossa responsabilidade como pesquisadores é discutir essas escolhas em sala de aula, trabalhos acadêmicos, congressos, pesquisas, levando em consideração o gosto e a preferência dos diferentes públicos. Isso significa um olhar diferenciado, sem preconceito, distanciado do que imaginamos ser bom ou mau para as audiências. E isso é difícil. O discurso sobre lixo televisivo, sobre falta de cultura e educação, sobre baixa qualidade, sobre mau gosto é muito mais fácil e agrada a academia. Difícil é tentar compreender as escolhas das audiências. Pensar sobre o outro significa dar espaço de fala e respeitar as diferenças, mesmo que essas diferenças digam respeito a programas de televisão que consideramos de baixa qualidade. Esse é um grande desafio para quem faz e reflete sobre televisão.

Acompanhe, a seguir, a programação do IHU Idéias no mês de setembro:

16/09/04 - “O século XIX no RS: olhares da história econômica” – Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – Professora na Unisinos e Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monastério – Professor na UFPEL.

23/09/04 – “Mídia e Terror” - Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg – Professor na Unisinos.

30/09/04 – “A cidade afetada pela cultura digital” - Prof. Dr. Paulo Edison Reyes – Professor na Unisinos.

Abrindo o livro

A próxima edição do evento **Abrindo o livro** já tem data marcada. Será dia 5 de outubro, na sala 1G119 do IHU, das 19h45min às 22h. Na ocasião, a professora Dr.^a Tânia Lindner Dutra, do PPG em Geologia da Unisinos, apresentará o livro **Vida maravilhosa**, de Stephen Gould. O evento é gratuito e aberto à comunidade acadêmica da Unisinos.

Sala de Leitura

Três novas obras escritas por professores da Unisinos serão apresentadas nas próximas edições do evento **Sala de Leitura**, promovido pelo IHU. No próximo dia 28 de setembro, o professor Arthur Blásio Rambo apresentará o livro **Pe. João Evangelista Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor** (São Leopoldo: Unisinos, 2004), escrito por ele e pelo padre Arthur Rabuske, SJ. Já no dia 19 de outubro, é a vez do professor Luiz Inácio Gaiger apresentar o livro por ele organizado, intitulado **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil** (Porto Alegre: UFRGS, 2004). Também no mês de outubro, no dia 26, o professor José Nedel apresentará seu livro **Ética aplicada. Pontos e contrapontos** (São Leopoldo: Unisinos, 2004). Sala de Leitura é um evento gratuito, que acontece na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h.

Ciclo de Estudos sobre "O Método", de Edgar Morin

Mais uma edição do evento **Ciclo de Estudos sobre "O método", de Edgar Morin** foi realizada com sucesso, na última quinta-feira, dia 2 de setembro. Na ocasião, o **Seminário A educação no paradigma da complexidade** foi apresentado pela Prof.^a Dr.^a Valdemarina Bidone

de Azevedo e Souza, professora no PPG em Educação da PUCRS. A palestra foi o tema da entrevista concedida pela professora ao **IHU On-Line** n.º 113º, de 30 de agosto de 2004.

Ecoss do evento

"Esse evento tem facilitado muito a compreensão da obra *O Método*, já que é difícil ler os cinco volumes. Na palestra da professora Valdemarina, vemos como, pela área da educação, há condições de visualizar as idéias de Morin. A professora trouxe uma visão aplicada, direcionada do pensamento do filósofo para a referida área. Aprender só os aspectos teóricos não é o suficiente. Os exemplos ajudam muito".

Leandro Pinheiro, doutorando em Educação na Unisinos.

"Achei interessante a apresentação da professora Valdemarina. Ela tem didática e um jeito informal de apresentar o conteúdo, quebrando com a rigidez típica das palestras. Isso é um pecado na área das humanas: trazer os assuntos com um rigor acadêmico muito forte. Por isso fico feliz ao vê-la e outros dois palestrantes do evento que foram muito bons ao passar um assunto de peso de maneira informal. O evento tem sido ótimo no sentido de instigar novas releituras de Morin".

Luís Alberto Pires da Silva, professor de Biologia em Porto Alegre.

II Ciclo de Estudos sobre o Brasil

*O debate sobre o livro **Os parceiros do Rio Bonito**, de Antonio Candido, abrirá a segunda etapa do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil deste ano. O evento acontecerá na próxima quinta-feira, dia 9 de setembro, das 14h às 17h, na sala 1G119 do IHU. O responsável pelos trabalhos sobre a obra será o Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo, professor na UFRGS e na Faculdade de Ciências e Letras de Osório (FACOSFACAD). Graduado em Letras e Literatura da Língua Portuguesa pela UFRGS, Paulo Seben é mestre em Lingüística e Letras pela PUCRS, tendo sua dissertação o título A fundação da épica na literatura sul-rio-grandense: Os varões assinalados, de Tabajara Ruas. O professor obteve o doutorado em Lingüística e Letras também pela PUCRS e sua tese intitula-se Serás lido, Uruguai? A contribuição de uma versão de O Uruguai, de Basílio da Gama, para uma teoria da adaptação. Seben é autor de vários livros, entre os quais citamos **Tango da Independência**. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 1995; e **O Uruguai de Basílio da Gama**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2001.*

*O **Ciclo de Estudos sobre o Brasil** é uma promoção do Instituto Humanitas Unisinos – IHU - e conta com a colaboração das Unidades de Ciências da Comunicação e Ciências Econômicas e Administrativas da Unisinos. Para antecipar aos interessados sobre o debate do livro **Os parceiros do Rio Bonito**, de Antonio Candido, o professor Paulo Seben concedeu a entrevista a seguir, por e-mail, ao **IHU On-Line**. Confira:*

IHU On-Line - Por que é importante estudar Antonio Candido, em um Ciclo de Estudos que procura compreender mais o Brasil?

Paulo Seben - Antonio Candido se caracterizou, em sua obra crítica e ao longo de sua trajetória no âmbito do magistério, exatamente pela busca de uma resposta para a questão da brasilidade: o que faz o Brasil ser o Brasil? Em seus livros sobre literatura, ele seleciona os autores e obras que apresentem elementos que os diferenciem da produção portuguesa (nos momentos de formação da literatura nacional) e estrangeira em geral (nos demais momentos); ao debruçar-se sobre as obras integrantes desse recorte, sua análise se foca exatamente nos pontos que serviriam para permitir uma compreensão da especificidade da literatura brasileira,

por um lado, e da realidade social da nação, por outro. Nesse esforço que poderíamos dizer nacionalista, Antonio Candido, seguidor dos passos de José Veríssimo, é seguramente o mais significativo crítico. Não foi à toa que produziu a monumental Formação da Literatura Brasileira. O esforço de depuração do estrangeiro chegou ao ponto de expelir da história da literatura brasileira um de nossos mais queridos ícones, Gregório de Matos Guerra, provocando iracunda (e, na minha particular apreciação, justa) reação dos Irmãos Campos. Em suma, não é possível discutir a literatura brasileira sem levar Antonio Candido em consideração, e não é possível discutir o Brasil sem levar em consideração sua construção no imaginário, de que a literatura é constituinte privilegiado.

IHU On-Line - De que forma o autor soube combinar crítica literária e consciência política?

Paulo Seben - Antonio Candido transita na sociologia da literatura, o que implica um olhar direcionado para a realidade social do sistema autor/obra/público. Sem ser um panfletário, o crítico busca sempre, como já disse, explicar a especificidade do Brasil, e tal não é possível sem uma ideologia. É preciso destacar, entretanto, que Antonio Candido é, sempre foi fundamentalmente um pesquisador e professor; eventualmente, se viu forçado, por assim dizer, a assumir publicamente papéis diferentes destes. Em blague que me foi relatada pelo Luis Augusto Fischer, Candido disse ser, em situações de opressão, 80% marxista, baixando para 50% em momentos de liberdade. Também aí eu reconheço a consciência política do crítico, sensível ao momento em que a crítica deve se posicionar de forma mais aguda quanto à realidade social.

IHU On-Line - Como o senhor caracterizaria a obra *Os parceiros do Rio Bonito*?

Paulo Seben - Creio ser oportuno esclarecer que *Os parceiros do Rio Bonito* não é um livro de crítica literária nem de história da literatura. Trata-se da tese de doutoramento em Sociologia de Antonio Candido, que já era livre-docente em Letras e lecionava Sociologia e Literatura Brasileira na USP. Não vamos encontrar nessa bela obra, portanto, análises literárias, e a história da literatura só vai interferir na medida em que, na reconstituição da história do caipira, obras não-ficcionais, normalmente lidas na graduação em Letras como parte de nossa literatura do Período Colonial, são citadas devido à sua contribuição documental, nas descrições que fazem do caipira e de seu *modus vivendi*. É uma obra que, no conjunto da Literatura Brasileira, dialoga com essa tradição que mencionei e, em especial, com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Divide com esta última mais do que o método sociológico (no caso de *Os Sertões*, de acordo com a época e o autodidatismo do autor, evidentemente): ambas são tentativas de explicar o Brasil pelo recurso ao homem do Interior como portador privilegiado da História, devido à conservação, em seu microcosmo social, de condições de vida, modos de produção e elementos culturais próprios dos colonizadores. Ambas as obras, além disso, são textos extremamente agradáveis de se ler enquanto melopéia; Antonio Candido, sem ter a preocupação estética de Euclides, mostra em seu estilo que o humanista, o leitor do poético transcende o cientista, que é.

IHU On-Line - Qual é a atualidade da obra? Em que medida ela pode ajudar a compreender a realidade brasileira atual?

Paulo Seben - Dentro do contexto atual, pode parecer estranho apelar para uma obra que estuda uma realidade social brasileira que foi presente apenas até meados do Século XX. Com efeito, o caipira, tal como foi observado pelo pesquisador na década de 50, deixou de existir, atropelado que foi o seu mundo pela modernização do *agribusiness* e pelo acerbamento do

êxodo rural. Todavia, é preciso lembrar que Os parceiros do Rio Bonito é auxiliar valioso para entender a literatura de Monteiro Lobato e de um Ernâni Donato, ou o ciclo de Taquara Poca, da obra infanto-juvenil de Antônio Marins, e o imaginário literário por certo influi na realidade social. Trata-se, também, de uma obra que colocava questões importantíssimas para a agenda atual, entre as quais poderíamos citar, sem pensar muito, o problema da alimentação e o da mobilidade social e da posse da terra, que prefiguravam os acampamentos do MST.

IHU On-Line - Como assim, o MST?

Paulo Seben - Exatamente. Candido não aborda movimentos sociais em sua obra; contudo, exercem papel importante a permanência de uma idéia de ocupação provisória do espaço e de posse simples, que explicariam, a partir da história das Bandeiras, o rancho de pau-a-pique, a queimada, a roça de feijão, milho e mandioca tão-somente suficiente para a subsistência. Hoje, vemos populações que suportam acampamentos de lona plástica, sustentados também por roçados precários e provisórios, envolvidas num trânsito permanente, em busca (e aqui a coisa muda, enfim) de um chão para plantar definitivamente. É bom lembrar que as críticas que vêm sendo feitas ao MST e a seus assentamentos se dão muito em função da recusa da ideologia e da tecnologia do moderno *agribusiness* e da estranha prática (que não é própria do MST, pois se deu em todo assentamento para fins de Reforma Agrária) de vender a terra tão arduamente conseguida para ir buscar outra pouco depois. Nessa perspectiva, Os parceiros do Rio Bonito é mais do útil para que pensemos o Brasil de hoje.

Técnica e Humanismo

A Coleção ***Cadernos IHU Idéias*** acaba de publicar o n.º 20 de sua coleção, trazendo como tema ***Sobre Técnica e Humanismo***, de autoria do Prof. Dr. Oswaldo Giacoia Junior. No artigo, o autor discute o impasse atual entre a ética e o desenvolvimento científico-tecnológico ante as mais recentes descobertas e sua conseqüente aplicabilidade. O autor diz que, para os “pioneiros da moderna Aufklärung, há “uma esperança triunfalista nas potencialidades da razão”, em que “o intelecto humano, pela ciência e pela técnica, que dela decorrem, estaria em condições de enfrentar e resolver, com sucesso, os mais importantes problemas humanos...” Afirma, ainda, que “em nossos dias, alguns indícios extraídos dos mais recentes desenvolvimentos da ciência e da tecnologia parecem apresentar um testemunho irrefutável da realização daquela esperança”. Todavia ele pergunta se essa não seria uma falsa impressão. Referindo-se à natureza humana questiona se “objetivá-la num saber tecnocientífico” não a privaria “de sua autocompreensão ética tradicional, ligada a valores universais humanistas, como autonomia e dignidade”. O professor é graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, com Especialização em Direitos Especiais pela Universidade de São Paulo – USP, mestre em História da Filosofia pela PUCSP, doutor em História da Filosofia pela Freie Universität Berlin, pós-doutor pela Freie Universität Berlin e pela Universidade de Viena, livre-docente pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, nas áreas de Filosofia do Direito, História da Filosofia e Ética. Os ***Cadernos IHU Idéias*** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço eletrônico humanitas@poa.unisinos.br

Atendimento espiritual online torna-se espaço de busca de soluções

Nos últimos quatro meses, o Instituto Humanitas Unisinos pôs em experimentação uma nova metodologia de acompanhamento espiritual à comunidade universitária e à sociedade em geral:

trata-se do atendimento espiritual online, um serviço de orientação pessoal, oferecido no sítio www.ihu.unisinos.br, que propicia acompanhamento no crescimento integral, humano e espiritual e acolhimento aos que o solicitarem.

Esse se diferencia de outros atendimentos, como o acadêmico ou o exclusivamente psicológico que a Universidade oferece. A equipe de atendimento é composta por padres e irmãs. As pessoas que enviam sua mensagem, deixam seu nome e e-mail, recebem uma resposta em até 72 horas. Cristina Giani e Susana Rocca, integrantes da equipe, avaliam a experiência, que já está no seu quarto mês, como altamente positiva e adequada às demandas dos jovens contemporâneos.

“Os jovens, hoje, não dispõem de tempo, trabalham e estudam, alguns passam muitas horas na frente do computador, mas, ao mesmo tempo, têm necessidade de falar com alguém. Há um sentimento de solidão muito generalizado, e as pessoas experimentam a necessidade de serem escutadas. O atendimento responde a essa demanda, porque não exige que elas dediquem muito tempo, nem saiam de seu lugar de estudo, trabalho ou sua própria casa. Ele proporciona um anonimato que acaba contribuindo para que as pessoas falem sobre si mesmas de uma forma muito livre e direta”, salienta Cristina Giani.

Para Susana Rocca, especialista em aconselhamento pastoral, pela Escola Superior de Teologia (EST), o atendimento online proporciona um contato com pessoas de lugares bem diferentes, inclusive de cidades distantes como Belo Horizonte, por exemplo. “A maioria das pessoas que escrevem são da Unisinos, embora muitas não se identifiquem. O espaço de atendimento online tem uma clara identidade que o diferencia de outros, como os chats, por exemplo. O risco de não saber se é verdadeira ou não a história contada é bem menor que nesses outros espaços. Aqui, as pessoas expressam seus sentimentos, às vezes, verdadeiros dramas, com muita crueza”.

Para a psicóloga, cada caso é um desafio. “Às vezes, recebemos mensagens e as respondemos logo, mas não temos um retorno sobre como o aconselhamento repercute em quem o recebe. Temos desde pessoas que nunca responderam ao primeiro aconselhamento, ou respondem depois de dois meses, até aquelas que acabam pedindo atendimento espiritual individual e iniciam um processo mais permanente, assim como aqueles que dão continuidade a esse aconselhamento semanalmente por e-mail”, explica.

A procura por atendimento espiritual online está relacionada, segundo ambas as integrantes da equipe, a problemas relacionados à instabilidade nos vínculos afetivos; problemas existenciais causados por mortes e perdas, ou causados pela crise do desemprego. “É muito freqüente os estudantes sentirem que esses problemas vão influenciando seu rendimento acadêmico e assumir o fato de precisarem de ajuda”, explica Rocca. Para Giani, há uma característica que se repete na demanda dos que pedem orientação espiritual. “Há uma grande necessidade de encontrar sentido para todas as suas atividades, alguns experimentam a forte sensação de estar caminhando sem rumo”, disse.

Valores emergentes na juventude de periferia

O Prof. Dr. Pe. Hilário Dick, responsável pelo Programa Juventude da área de concentração Ética, Cultura e Cidadania, do IHU, participou do *4º Encontro da Rede Latino-Americana de Pesquisadores em Juventude*. O evento aconteceu em Manágua, Nicarágua, de 07 a 13 de agosto e teve por objetivo colocar em comum a pesquisa sobre juventude encaminhada na reunião anterior.

Trata-se de uma pesquisa que está sendo realizada ao mesmo tempo em Montevideu (Uruguai), Santiago do Chile, Assunção (Paraguai), São Leopoldo (Brasil) e Manágua

(Nicarágua), com o objetivo de identificar a emergência de novos valores na juventude, especialmente da periferia, e à formulação comum do Marco Teórico que orienta o trabalho em cada país. Segundo Dick, a pesquisa está em seus inícios e consiste em um levantamento da vida noturna nos lugares escolhidos, além da constituição de quatro grupos focais.

“Aqui na Unisinos, já realizamos uma série de entrevistas que devem ser processadas e a formação de quatro grupos focais. O primeiro reúne jovens de 14 a 17 anos e o segundo de 18 a 30, ambos respondem às mesmas perguntas sobre política, lazer, família, sexualidade, etc. O terceiro grupo está formado por adultos de periferia que falam sobre os jovens com os quais convivem e o quarto grupo está formado por pesquisadores e pessoas da academia que discutem diversas questões sobre a juventude”, explica o professor.

Um segundo objetivo do encontro foi ajudar na animação do 3º Fórum Nacional da Juventude da Nicarágua. “O Fórum realizou-se em três cidades nicaraguenses: León, Esteli e Manágua, com a participação de cerca de 1000 jovens e educadores. Além de debater problemas específicos, procurou-se mostrar aos participantes a realidade juvenil de outros países”, afirma o pesquisador.

Assessoria juventude e religiosidade

O Prof. Dr. Hilário Dick participou também do *Curso de Inverno dos Jovens*, em Belo Horizonte, de 24 a 30 de julho. O evento foi uma iniciativa do Instituto de Juventude existente na capital mineira, a serviço da Pastoral da Juventude de Minas Gerais e Espírito Santo. Participaram cerca de 300 lideranças provindas de 23 dioceses da região. O encontro abordou temas diversos como Políticas Públicas de Juventude, Afetividade e Sexualidade, Protagonismo Juvenil e Seguimento de Jesus Cristo. Oficinas dedicadas à formação de lideranças também faziam parte do evento. Nelas foram tratados assuntos diversos que iam desde a “dança” até a “leitura orante da Bíblia”.

[\(Voltar ao índice\)](#)

IHU REPÓRTER



Sonia Mercedes Bredemeier

O perfil traçado na edição de hoje é o da professora Sonia Mercedes Lenhard Bredemeier, coordenadora executiva do curso de Serviço Social da Unisinos. Oriunda de uma família de comerciantes, ela carrega como bandeira a questão da defesa do idoso. O trabalho como assistente social e a experiência no campo musical fazem da professora Sonia uma mulher sensível, dedicada à família e às causas que defende.

Origens - Nasci em Estrela. Meu pai era comerciante e vereador e minha mãe cuidava dos afazeres domésticos. Eles tiveram seis filhos, cinco mulheres e um rapaz, sendo que eu sou a filha mais nova. Quando eu tinha apenas um ano, nos mudamos para São Leopoldo, pois não havia, em Estrela, possibilidade de continuar os estudos depois do ginásio, e a formação dos filhos era o ponto de honra dos meus pais. Em sociedade com o cunhado, meu pai montou uma fábrica de massas e torrefação de café em São Leopoldo. Além desses produtos, ele também

comerciava trigo, farinha de trigo, açúcar e arroz. Viajava pelo interior do estado, vendendo os produtos dele e os que ele intermediava.

Formação - Estudei no Colégio São José, em São Leopoldo, até o final do ginásio. Depois fui para o Sinodal, onde fiz o segundo grau, porque eu não queria fazer magistério. Terminada essa etapa, fiz vestibular para Serviço Social na PUCRS, onde cursei toda a minha formação: graduação em Serviço Social, mestrado em Metodologia do Serviço Social e doutorado em Serviço Social, que concluí no ano passado. Fiz lá também dois cursos de especialização, um em Supervisão em Serviço Social e outro em Gerontologia Social. Acredito que optei pelo Serviço Social por influência de uma de minhas irmãs que exercia essa profissão. Ela era realizada profissionalmente, e eu acompanhava isso de perto.

Profissão - No ano de 1970, comecei minha vida profissional como assistente social. Trabalhei 10 anos na APAE, de São Leopoldo. Depois trabalhei no Centro Social Urbano, como assistente social/coordenadora técnica, durante 2 anos. Voltei para a APAE por mais um período, antes de começar como professora e coordenadora de departamento de estágio na PUCRS, onde fiquei durante quatro anos. Paralelamente, comecei a trabalhar como assistente social na Unisinos, em 1983. Quando concluí o mestrado, pedi demissão do cargo administrativo de assistente social e fiz concurso para ser professora na Unisinos. Fui admitida como docente do curso de Serviço Social em 1987 e passei a me dedicar somente a essa atividade.

Primórdios da assistência social na Unisinos - Fui a primeira assistente social da Unisinos. Isso foi no ano de 1983. Eu trabalhava junto ao setor de pessoal. Padre Marocco e eu cuidávamos dos processos de seleção dos novos funcionários da Universidade. Eu também atendia casos individuais e em grupos de funcionários que me eram encaminhados.

Trabalho com idosos - Há muitos anos eu coordeno um projeto de extensão junto ao segmento idoso em São Leopoldo. Tenho experiência no trato com idosos, porque eu e meu marido tínhamos a responsabilidade de cuidar do meu pai, que faleceu aos 92 anos, e da minha sogra, que morreu quando tinha 97. Na minha tese, trabalhei toda a prática que tenho com o idoso e falei sobre o Conselho do Idoso e o espaço público. Uma grande vantagem das pessoas mais velhas é que a maturidade que possuem possibilita analisar as experiências para trabalhá-las e transmiti-las, não no sentido de que são as melhores ou as únicas, mas no sentido de que são contribuições. Os idosos têm potencialidades que, muitas vezes, são abafadas. Eles mesmos se autodepreciam em função de todos os preconceitos da sociedade. Isso é uma pena, e é por isso que insisto tanto nesse trabalho com idosos. Eles podem nos dar várias lições de vida, pois muitas coisas nós só aprendemos, quando as vivemos.

Família - Sou casada há 42 anos. Meu marido se chama Friedrich Wilhelm Bredemeier Filho. Ele é engenheiro mecânico/eletricista, mas trabalha na área de calçados, prestando consultoria para empresas do ramo, no quesito controle de qualidade. Tivemos dois filhos: a Maria Luisa, que vai fazer 40 anos e é professora no Curso de Letras, aqui na Unisinos, e o Friedrich Wilhelm Bredemeier Neto, de 38 anos, que é médico-anestesista e mora em Porto Alegre. Ele nos deu um neto, o Frederico Guilherme, de 6 anos, um sonho de menino.

Livro - Gosto muito de ler, e releio muitas vezes, o livro *Diálogos Criativos*, de Domenico de Masi e Frei Betto.

Autor - Domenico de Masi e Lia Luft. Ela tem muito a dizer para as pessoas da minha faixa etária.

Filme - Tenho dois filmes que amo, vejo e revejo: *Festa de Babete*, de Gabriel Axel, e *Le Maître de Musique* (Mestre de Música), de Gérard Corbiau. Esse último é pouco conhecido, mas é uma preciosidade.

Presente - Jóias.

Nas horas livres - Gosto de caminhar, assistir a bons filmes, tomar chimarrão, jogar conversa fora e conviver com meus bichos - dois gatos e um cachorro. Os animais domésticos são um complemento da vida da gente.

Sonhos e projetos - Quando me aposentar, quero retomar meus estudos de piano. Pretendo ter mais tempo para me dedicar ao Conselho do Idoso, fazer atividades físicas e curtir meu neto.

Música e piano - A música é muito importante na vida de uma pessoa, pois através dela vivemos momentos de introspecção, já que ela cria condições para isso. A música alegre e alimenta muito o espírito. Estudei piano dos 7 aos 18 anos e percebo que é preciso valorizar mais o que se produz em música.

Serviço Social - O profissional de Serviço Social tem muito a contribuir para a sociedade, pois ele vê a pessoa como um todo, no seu contexto, na sua realidade. Ele tem a missão de conseguir fazer seu trabalho num mundo regido pelo sistema capitalista, que deixa umas poucas pessoas muito bem, e muitas, muito mal. O Serviço Social está constantemente desafiado a não deixar que as pessoas fiquem submersas nessa realidade tão difícil, na qual se encontram.

Momentos marcantes - A perda da minha mãe, quando eu tinha 30 anos, foi muito difícil. Amadureci "na marra". Posso dizer que os vários momentos vividos no decorrer do meu casamento foram muito marcantes, no sentido da educação dos nossos filhos, principalmente.

Unisinos - Vivi a Unisinos de 20 anos atrás. Ela passou de um perfil de "a grande família" para o de uma empresa. Isso as pessoas estão com dificuldades de aceitar. Mudanças são necessárias. Sua implementação, talvez, pudesse se dar de outra forma, mas acredito que há pessoas preparadas e competentes para isso buscando as melhores soluções. Vejo a Unisinos como uma instituição respeitável, muito bem vista em qualquer lugar do Brasil. É ela merece esses atributos, porque tem qualidade e importância, tanto no meio acadêmico quanto no meio social.

IHU - O que vem do Instituto Humanitas sempre é muito bom. É um espaço importante de pensar, refletir, de produzir e socializar conhecimentos. Vejo-o como um local privilegiado na Universidade, a pérola dos jesuítas, a pupila dos olhos, uma jóia que eles cuidam com todo o amor e carinho. O IHU é uma célula especial da Unisinos, que é tratada igualmente de forma especial.

[\(Voltar ao índice\)](#)

SALA DE LEITURA



"Estou lendo ***Eva Luna***, de Isabel Allende. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998 (10ª edição), 286 páginas. ***Eva Luna*** é uma obra de grande sensibilidade que narra a história de vida de uma mulher simples e até mesmo ingênua, mas de muita coragem e fibra. Para sobreviver em uma realidade um tanto quanto hostil, desde muito pequena Eva passa a narrar histórias sobre os segredos da vida e do mundo e graças ao seu talento de contar histórias fantásticas e cativantes, acaba por viver experiências diversas em lugares distintos sempre com personagens instigantes e sedutores ao leitor. Sua história individual se confunde com o coletivo em um Chile rural e, ao mesmo tempo, urbano; em uma nação livre, porém submetida ao punho ditatorial".

Prof.ª MS Melissa Fortes, mestre em Letras e professora na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos.



"Um livro que achei interessante foi ***A história do Alfabeto - Como 26 letras transformaram o mundo ocidental***, de John Man. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. O livro faz um resgate das origens do alfabeto. Como ele evoluiu e como transformou a escrita no mundo ocidental. Enfoca como os gregos puderam exercer tanta influência na sociedade e como o alfabeto foi utilizado como instrumento de desenvolvimento e até de poder. Dentre as várias passagens interessantes, uma é de grande importância: o ato de saber ler é um dos grandes instrumentos de exclusão! O livro faz um apanhado genealógico do nosso alfabeto, desde o antigo Egito, passando pela Grécia antiga, pelas escritas etíope, hebraica até os nossos dias com o surgimento da Internet. É uma leitura muito agradável, pois o autor permite que o leitor faça as associações interessantes nos diversos períodos da história mundial e o seu poder econômico alavancado pelo ato de saber escrever".

Prof. Dr. Sérgio Crespo Coelho da Silva Pinto, mestre em Engenharia de Sistemas e Computação, doutor em Informática e professor na Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos.

[\(Voltar ao índice\)](#)

CARTAS DO LEITOR

Ao cumprimentá-los, informamos que a Biblioteca do Centro Universitário La Salle tem interesse em receber a publicação *IHU On-Line*. A publicação será de grande valia para a comunidade acadêmica de nossa instituição.

Unilasalle - Centro Universitário La Salle – Canoas, RS

Jornais internacionais publicaram reportagens sobre Dom Hélder por ocasião dos 5 anos de sua morte. No Recife o IDHeC (Instituto Dom Hélder Câmara) realizou Simpósio Internacional e publicou o I Tomo das Obras Completas de Dom Hélder. Penso que seria interessante o IHU publicar um Caderno em recordação de Dom Hélder.

Prof. Dr. Inácio Strieder – Recife, PE

Parabenizo mais uma vez o "Informativo" e toda sua equipe pela edição n.º 113, que tratou das cotas para universitários (...). Destaco o pensamento sucinto e perspicaz do Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes S.J., pró-reitor acadêmico, manifestando-se em nome da Unisinos.

P. Eloy Oswaldo Guella – Porto Alegre, RS.

ENQUETE NO SÍTIO DO IHU

Resultado da semana

A pergunta que pautou a enquete da semana passada no sítio www.ihu.unisinos.br foi a seguinte:

"O boletim IHU On-Line desta semana debate a implantação de cotas nas universidades para estudantes egressos de escolas públicas, especialmente os negros e indígenas. O projeto de lei que institui as cotas está tramitando no Congresso Nacional. Na sua opinião, a medida contribuirá para a democratização do ensino e reduzirá a exclusão social?"

As respostas foram:

Concordo - 25% dos votos

Concordo em parte - 37.5% dos votos

Discordo - 37.5% dos votos

Sobre o assunto, os internautas ainda fizeram os seguintes comentários:

"O poder público foi incapaz de promover uma justa 'distribuição de renda', e está em dívida com a sociedade, especialmente com os negros, maioria entre os mais pobres. Negros não precisam de esmolas, mas de uma política que promova igualdades de oportunidades. Tendo acesso ao conhecimento poderão, negros e pobres, competirem em pé de igualdade no mercado de trabalho. É preciso oferecer oportunidades de 'distribuição de conhecimentos' aos negros e pobres, até então excluídos. A medida é válida, mas não deve ser eterna, é preciso melhorar a qualidade do ensino público de segundo grau, um desafio de todos, especialmente dos governadores dos estados".

"Há muitos brancos e amarelos excluídos que não possuem esta mordomia. A exclusão não está na cor".

[\(Voltar ao índice\)](#)

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Diretor do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Diretora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS